

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Programa de Integridade	10
5.5 - Alterações significativas	15
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	16

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	17
10.2 - Resultado operacional e financeiro	39
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	45
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	46
10.5 - Políticas contábeis críticas	49
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	50
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	51
10.8 - Plano de Negócios	52
10.9 - Outros fatores com influência relevante	57

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.**

A Política de Gestão de Riscos da CESP foi submetida à aprovação do Conselho de Administração na 622ª Reunião Ordinária de 07.06.2011, por proposta da Resolução de Diretoria nº 2511/05/1495ª e no Relatório à Diretoria P/008/2011, ambos de 27.05.2011, tendo sido aprovada por unanimidade. A Política de Riscos está sendo revisada em 2019 devido à alteração de controle e de membros do Conselho de Administração.

b. Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

O objetivo da Política de Gestão de Riscos é estabelecer diretrizes e responsabilidades para a Gestão de Riscos da CESP, bem como orientar os processos de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades, incorporando a visão de riscos à tomada de decisão estratégica e em conformidade com as melhores práticas de mercado.

i. riscos para os quais se busca proteção

RISCO HIDROLÓGICO

As usinas da Companhia estão instaladas nas bacias hidrográficas do Rio Paraná e do Rio Paraíba do Sul, situadas, respectivamente, nas regiões oeste e leste do Estado de São Paulo. A usina hidrelétrica Porto Primavera situa-se no Rio Paraná e possui reservatório que opera a fio de água. Sua localização geográfica é considerada favorável, pois o Rio Paraná é formado pela confluência de dois grandes rios, o Rio Paranaíba, que desce da Região Centro-Oeste do país, e o Rio Grande, na divisa com o Estado de Minas Gerais. As usinas Jaguari e Paraibuna estão situadas na bacia do Rio Paraíba do Sul, que possui importância estratégica quanto à geração de energia elétrica, abastecimento de água e regularização de vazões ao longo do seu percurso.

Riscos de escassez de água por condições pluviométricas são cíclicos, de ocorrência eventual. Em situações críticas, o Poder Concedente deve atuar objetivando o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes. Situações hidrológicas desfavoráveis são cobertas pelo MRE, instrumento financeiro de compartilhamento de risco hidrológico de que o setor elétrico brasileiro dispõe.

RISCO LEGAL

A Companhia realiza a avaliação do prognóstico de perda relacionada às causas judiciais em aberto nas quais está envolvida. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da administração juntamente com seus assessores jurídicos internos e externos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis. Os riscos, nas suas diferentes naturezas jurídicas, após avaliados pela Administração da Companhia e seus advogados internos e externos são provisionados se apresentarem expectativa de perda provável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

RISCO AMBIENTAL

As obrigações socioambientais são registradas à medida que a Companhia assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e os montantes estimados.

ii. Instrumentos utilizados para proteção

RISCO HIDROLÓGICO

Riscos de escassez de água por condições pluviométricas são cíclicos, de ocorrência eventual. Em situações críticas, o Poder Concedente deve atuar objetivando o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes. Situações hidrológicas desfavoráveis, usualmente regionais e de curta duração, são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, um instrumento financeiro de compartilhamento de risco hidrológico de que o setor elétrico brasileiro dispõe.

Devido ao agravamento da situação hidrológica que atingiu grande parte dos agentes de geração, a ANEEL realizou audiência pública em 2015, que resultou numa proposta de repactuação do risco hidrológico nos ambientes de comercialização regulado e livre. Em janeiro de 2016, a CESP aderiu ao acordo de repactuação desse risco, instituído pela Lei nº 13.203, de 08/12/2015, regulamentado pela Resolução Normativa nº 684, de 11/12/2015, transferindo para o consumidor os efeitos decorrentes do risco hidrológico no montante de 350 MW médios de sua garantia física, contratados no ambiente regulado para o ano de 2016, mediante o pagamento de um prêmio de risco. A repactuação contempla toda energia contratada no ambiente regulado durante o período de concessão, que a partir de janeiro de 2017 era de 230 MW médios.

Da mesma forma, nos últimos anos, as condições hidrológicas desfavoráveis fizeram com que as usinas hidrelétricas do MRE fossem despachadas de modo a gerar abaixo de suas garantias físicas durante grande parte do ano, resultando na aplicação do denominado GSF – Generation Scaling Factor. Com isso, os geradores do MRE arcaram com o déficit entre geração e garantia física, o qual é valorado ao PLD – Preço de Liquidação das Diferenças.

RISCO LEGAL

A CESP mantém um Departamento Jurídico e contrata escritórios especializados para representar e defender os interesses da Companhia nos processos administrativos e judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária.

RISCO AMBIENTAL

Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são registrados diretamente no resultado do exercício.

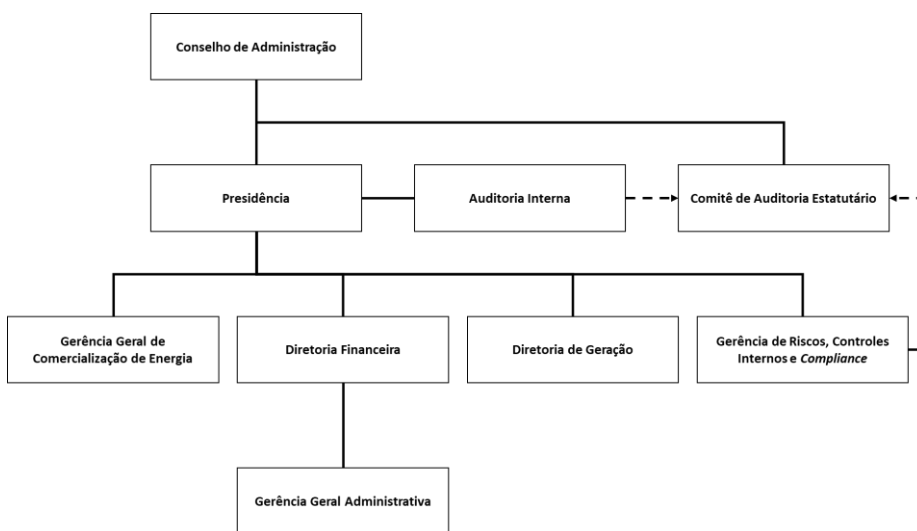
Em dezembro de 2015, foi concluída a implantação do Sistema de Gestão Ambiental – SGA na UHE Porto Primavera. O SGA é um conjunto de procedimentos com ênfase na sustentabilidade e foco na adoção de práticas que buscam reduzir o impacto ambiental das atividades da Companhia. O SGA da usina Porto Primavera está sendo readequado, e os das usinas Paraibuna e Jaguari estão em implantação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

iii. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estrutura para gerenciamento de riscos corporativos da CESP está em transição entre os princípios COSO II - *Enterprise Risk Management Integrated Framework* (ERM) e a ISO 31000 - Gestão de Riscos: Princípios e Diretrizes, sendo ambos padrões internacionais sobre gestão de riscos.

Estrutura Organizacional da Gestão de Riscos na CESP



Fazem parte da estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos:

- **Comitê de Auditoria Estatutário** - Composto por membros independentes e gestores da CESP. É competência do Comitê de Auditoria Estatutário definir as diretrizes e estratégias para a gestão de riscos e avaliação dos controles, para o acompanhamento dos planos de ação apresentados pelos gestores da Companhia, assim como direcionar as atividades realizadas pela Gerência de Riscos, Controles Internos, *Compliance* e Auditoria Interna.
- **Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance***—Tem a responsabilidade acompanhar as ações dos Gestores de Riscos na identificação, avaliação e monitoramento dos riscos e comunicação periódica ao Comitê de Auditoria Estatutário. Deve ainda, orientar os gestores da Companhia quanto à metodologia de avaliação de controle, visando garantir a eficiência dos controles que mitigam os riscos mapeados, e assessorar a Presidência, o Comitê de Auditoria Estatutário e demais *stakeholders* em assuntos relacionados à gestão de riscos e controles.
- **Donos de Riscos**— São os representantes indicados pela Alta Administração, designados para auxiliar os Gerentes das diversas áreas da Companhia na identificação, avaliação, controle e monitoramento dos riscos inerentes aos objetivos em suas esferas de responsabilidades. Compete ainda aos Donos de Riscos posicionarem periodicamente a Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* e a sua Diretoria de subordinação sobre os riscos e controles inerentes à responsabilidade de sua atuação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

c. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A CESP possui um Sistema de Controles Internos com diretrizes a serem observadas em todos os níveis corporativos, visando ao fortalecimento dos controles, de forma a aprimorar a governança, mitigar riscos e prevenir a ocorrência de incorreções e fraudes, minimizando os seus impactos.

O Sistema de Controles Internos da CESP é definido como o conjunto de políticas, normas e procedimentos e atividades estabelecidas na Companhia, com o propósito de reduzir a possibilidade de perdas financeiras, desgaste da imagem institucional, aprimorar a qualidade das informações contábeis, financeiras e gerenciais, bem como salvaguardar a conformidade com a legislação e a regulamentação em vigor, a fim de garantir que os objetivos sejam atingidos.

Estão inseridos no Sistema de Controles Internos da Companhia, as Políticas Corporativas, Normas e Procedimentos, Manual de Delegação de Autoridade – MDA, Código de Ética, Sistemas Informatizados, órgão de Auditoria Interna, além da Gestão de Riscos, entre outras práticas e processos de controle.

A Companhia submete-se também a um conjunto de agentes de fiscalização externos, notadamente: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, Órgãos Ambientais IBAMA/SMA/IMASUL, CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, Comissão de Valores Mobiliários – CVM, B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, bem como Conselho Fiscal e Auditoria Externa.

O Sistema de Controles Internos é periodicamente monitorado, revisado e atualizado, de forma que eventuais deficiências identificadas sejam pronta e integralmente corrigidas, para garantir sua efetividade e alinhar às melhores práticas.

Os gestores da Companhia são responsáveis pelos controles internos, por meio do adequado desempenho de suas atribuições delegadas em cumprimento às Políticas, Normas e Procedimentos estabelecidos, e com atribuições para a tomada de ações de regularização de eventuais incorreções ou deficiências verificadas na performance dos controles.

A CESP revisou seu Código de Ética e de Conduta Empresarial em 2015 e, entre outras atualizações, foram incorporadas as disposições da Lei Federal nº 12.846, de 01/08/2013 (Lei Anticorrupção) e do Decreto Estadual nº 60.106, de 29/01/2014, que dispõe sobre a responsabilidade administrativa e civil das pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional e internacional.

Em 2019, o Código foi novamente revisado e atualizado, tendo o seu nome alterado para “Código de Ética CESP”. A nova versão do documento foi aprovada pelo Conselho de Administração da CESP em março de 2019 e, no início de maio, foram realizados eventos com palestras e treinamento em todas as unidades da empresa para o lançamento do novo documento e também para o lançamento da Linha Ética, o novo canal de comunicação implementado pela CESP para o envio de dúvidas relacionadas ao Código de Ética e denúncias de irregularidades.

O Código está disponível na intranet (*Netcesp*) e no *website* da CESP: (<http://www.cesp.com.br>). Além disso, a versão impressa do documento foi distribuída a todos os empregados e também aos terceiros da empresa nos eventos mencionados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Política de Gestão de Riscos vigente hoje na CESP foi aprovada no Conselho de Administração na 622ª Reunião Ordinária de 07.06.2011. A nova administração está trabalhando na revisão desta política e deverá, ao longo de 2019, apresentar uma nova proposta ao Conselho de Administração.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

O objetivo da Política de Gestão de Riscos é estabelecer diretrizes e responsabilidades para a Gestão de Riscos da CESP, bem como orientar os processos de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades, incorporando a visão de riscos à tomada de decisão estratégica e em conformidade com as melhores práticas de mercado.

i. Riscos para os quais se busca proteção

Há a possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados. Porém a Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição da modalidade de suas dívidas.

ii. A estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Para os riscos de oscilação da taxa de cambio e da taxa do CDI a Companhia não tem realizado operações de "hedge".

iii. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia poderá vir a utilizar os instrumentos "swap" e contratos a termo para proteção das dívidas indexadas e com taxas flutuantes e contra o risco de cambio.

Não foram utilizados instrumentos financeiros para a realização de hedge nos últimos 3 exercícios sociais.

iv. Os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia, também através de sua Diretoria Financeira, monitora a perspectiva de oscilação das taxas de juros e câmbio e leva periodicamente a discussão à Diretoria, ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração para a decisão sobre a conveniência de se realizar proteção contra esses riscos.

v. Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não foram utilizados instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) nos últimos 3 exercícios sociais.

vi. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A estrutura para gerenciamento de riscos de mercado na CESP encontra-se subordinada à Diretoria Financeira e de Relacionamento com Investidores, garantindo independência no suporte às tomadas de decisões comerciais e suportando a gestão do balanço energético.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**c. A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

As áreas responsáveis para atuar na gestão dos riscos mencionados adotam mecanismos e procedimentos de monitoramento contínuos e normas e procedimentos, além de práticas reconhecidas de mercado, que buscam mitigar os riscos e atuar na prevenção de sua materialização.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a. As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

O sistema de controles internos da Companhia consiste em um processo estruturado com o propósito de permitir uma condução mais segura, adequada e eficiente dos negócios e em linha com as regulamentações estabelecidas, sendo que os fluxos de processos e os sistemas são continuamente reavaliados para aferir a efetividade dos controles existentes.

A Área de Controladoria da Companhia é responsável pelo levantamento de questões que ocorreram durante o exercício social e que trarão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Como o resultado desse levantamento a Controladoria promove a atualização de uma relação de todos os assuntos relacionados à elaboração das demonstrações financeiras. Na sequência, são realizadas reuniões com a Diretor Financeiro e gerentes da Diretoria Financeira, bem como com o Comitê de Auditoria Estatutário, com o objetivo de alinhar eventuais os pontos que deverão ser tratados e que não são de conhecimento por parte da Controladoria.

Antes do início dos trabalhos de auditoria, é realizada uma reunião prévia do Conselho Fiscal, com a participação do Diretor Financeiro e equipe de Controladoria e auditoria externa independente, na qual são discutidos os assuntos mais relevantes a serem tratados na elaboração das demonstrações financeiras, bem como uma reunião da Área de Controladoria com o sócio e gerente da auditoria independente, para alinhamento dos pontos de atenção, e o status sobre o andamento dos trabalhos de preparação das demonstrações financeiras para o início dos trabalhos de campo da auditoria independente.

Adicionalmente, a Controladoria recebe da auditoria independente um relatório contendo as solicitações de documentos e informações necessárias para a realização dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras, que são distribuídas para as respectivas áreas de atuação, com a antecedência requerida para a obtenção dos dados.

A Diretoria acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é adequado para o desenvolvimento de suas atividades. A Companhia tem elaborado as demonstrações financeiras, discutido com a auditoria independente, com o Comitê de Auditoria Estatutário e realizados os trabalhos conforme cronograma previamente definido.

b. As estruturas organizacionais envolvidas

No processo de elaboração das demonstrações financeiras são envolvidos as Áreas de Controladoria, Comercialização e Assuntos Regulatórios, Meio Ambiente, Jurídico, Informática, Gestão Financeira, as divisões de Gestão de Materiais, Planejamento Econômico e Orçamento e Controle, participando o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores com relação ao andamento dos trabalhos.

A Companhia conta com uma estrutura de auditoria interna, subordinada funcionalmente ao diretor presidente, com independência de atuação e comunicação junto ao Comitê de Auditoria Estatutário em todas as áreas, processos e sistemas que avalia a adequação dos controles internos de modo abrangente.

c. Se é como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles internos é supervisionada pela Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance, subordinada diretamente ao Diretor Presidente, adicionalmente à Diretoria Financeira e de Relações com investidores, na medida em que a Área de Controladoria elabora a apresentação dos resultados preliminares das demonstrações financeiras, como cada evento está tratado, as informações que ainda estão pendentes de registro e /ou divulgação e o andamento dos trabalhos da auditoria independente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Companhia possui também um Comitê de Auditoria Estatutário, responsável, entre outras atividades, (i) por zelar pelo cumprimento do Código de Ética da Companhia, (ii) monitorar o funcionamento do canal de denúncias e os eventos nele registrados, (iii) supervisionar a área Riscos,, de Controles Internos e Compliance e monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controles internos da Companhia, (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da CESP e supervisionar a execução dos trabalhos da Auditoria Interna, recebendo, assim, reportes periódicos das áreas responsáveis por esses assuntos na Companhia; (v) garantir que a Diretoria desenvolva controles internos efetivos; e (vi) avaliar a aderência das práticas empresariais ao Código de Ética, incluindo o comprometimento dos administradores com a difusão da cultura de integridade e a valorização do comportamento ético.

Os trabalhos realizados pela auditoria interna, bem como o acompanhamento dos planos de ação das áreas da Companhia sobre os pontos listados no relatório circunstanciado da auditoria independente são apresentados para o Comitê de Auditoria Estatutário, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, com periodicidade trimestral.

Cabe ainda ressaltar a atuação do Conselho de Administração nesse processo, cujas responsabilidades previstas em regimento incluem:

- a) zelar pela perenidade da Companhia, com perspectiva de longo prazo que incorpore, na definição dos negócios e operações, aspectos de ordem econômica, social, ambiental e da boa governança corporativa;
- b) aprovar e implementar a política de gestão de riscos e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que esteja exposta a Companhia, inclusive os relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;
- c) aprovar e revisar o Código de Ética.
- d) implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que esteja exposta a Companhia, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude; e
- e) aprovar os parâmetros da estruturação do canal de denúncias

Os cargos das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento são:

- Gerente de Riscos, Controles Internos e Compliance;
- Consultor de Controles Internos;
- Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; e
- Gerente de Controladoria

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos da Companhia, durante a execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, não foram identificadas deficiências significativas de controles ou fraquezas materiais.

Foram identificados, contudo, pontos e apresentadas sugestões para aperfeiçoamento dos sistemas de controles internos da Companhia, que não geraram impactos relevantes na auditoria.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Não aplicável, considerando que, conforme mencionado no item 5.3 (d) anterior, os auditores independentes da Companhia não identificaram deficiências e recomendações consideradas significativas nos controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. Regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública:

i. Principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas:

A CESP dispõe, em seus normativos internos, os principais procedimentos, mecanismos de controles e orientações a serem observados pelos colaboradores em relação à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

A CESP possui um Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos com diretrizes a serem observadas em todos os níveis corporativos, visando ao fortalecimento dos controles, de forma a aprimorar a governança, mitigar riscos e prevenir a ocorrência de incorreções e fraudes, minimizando os seus impactos.

O Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos da CESP é definido como o conjunto de políticas, normas e procedimentos e atividades estabelecidas na Companhia, com o propósito de reduzir a possibilidade de perdas financeiras, desgaste da imagem institucional, aprimorar a qualidade das informações contábeis, financeiras e gerenciais, bem como salvaguardar a conformidade com a legislação e a regulamentação em vigor, a fim de garantir que os objetivos sejam atingidos.

Estão inseridos no Sistema de Controles Internos da Companhia, as Políticas Corporativas, Normas e Procedimentos, Manual de Delegação de Autoridade – MDA, Código de Ética, Sistemas Informatizados, Auditoria Interna, Gestão de Riscos, entre outras práticas e processos de controle.

A CESP possui normas e procedimentos corporativos específicos de Gestão de Riscos, que estabelecem diretrizes e procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e comunicação dos riscos e respectivas ações de controle e de mitigação, a serem observadas pelos agentes responsáveis pela atividade de gestão de riscos no âmbito da Companhia.

Também visando a prevenção e a detecção de atos imorais ou ilícitos, a CESP implementou em 2018 um canal de denúncias, que foi totalmente revisado e reestruturado em 2019, quando passou a chamar-se “Linha Ética CESP”.

O canal está agora disponível 7 dias da semana, 24 horas por dia. Qualquer pessoa, interna ou externa à empresa (empregados, fornecedores, comunidade em geral, investidores e etc.), pode acionar a Linha Ética CESP para o envio de dúvidas relacionadas ao seu Código de Ética e também para denunciar irregularidades percebidas em seu ambiente de negócios.

O canal pode ser acessado através de um número de telefone gratuito - 0800 591 1609 ou via site - www.linhaeticacesp.com.br, de forma anônima ou identificada

As informações relatadas são recebidas e registradas por uma empresa externa independente e especializada, que, após tratamento inicial das informações, encaminha o conteúdo do relato para análise da área de Compliance da CESP, assegurando o sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação relatada, sem conflito de interesses.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A Companhia também possui um Código de Ética, conforme detalhado no item (iii) abaixo.

Por fim, a Companhia está em processo de estruturação de um Programa de Compliance aplicável a todos os seus colaboradores, com o objetivo de definir diretrizes e estratégias a serem observadas para prevenir a ocorrência de práticas em desacordo com a lei e com os padrões e normas da Companhia.

ii. Estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes:

As seguintes estruturas organizacionais da Companhia estão envolvidas no monitoramento do funcionamento e eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade.

A área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno, criada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12.12.2017 e reestruturada em 2019.

Ações voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes foram implementadas no transcurso de 2018, a exemplo da implantação do canal de denúncias da CESP, aprimorando as práticas de Governança Corporativa da Companhia. Em 2019, o canal foi revisado e reestruturado, conforme informado no item (i) acima.

A Companhia possui também um Comitê de Auditoria Estatutário, cuja criação foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de agosto de 2018, responsável, entre outras atividades, (i) por zelar pelo cumprimento do Código de Ética da Companhia, (ii) monitorar o funcionamento do canal de denúncias e os eventos nele registrados, (iii) supervisionar a área Riscos, de Controles Internos e Compliance e monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controles internos da Companhia, (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da CESP e supervisionar a execução dos trabalhos da Auditoria Interna, recebendo, assim, reportes periódicos das áreas responsáveis por esses assuntos na Companhia; (v) garantir que a Diretoria desenvolva controles internos efetivos; e (vi) avaliar a aderência das práticas empresariais ao Código de Ética, incluindo o comprometimento dos administradores com a difusão da cultura de integridade e a valorização do comportamento ético.

Cabe ainda ressaltar a atuação do Conselho de Administração nesse processo, cujas responsabilidades previstas em regimento incluem:

- a) zelar pela perenidade da Companhia, com perspectiva de longo prazo que incorpore, na definição dos negócios e operações, aspectos de ordem econômica, social, ambiental e da boa governança corporativa;
- b) aprovar e implementar a política de gestão de riscos e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que esteja exposta a Companhia, inclusive os relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;
- c) aprovar e revisar o Código de Ética.
- d) implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que esteja exposta a Companhia, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude; e
- e) aprovar os parâmetros da estruturação do canal de denúncias

iii. Código de ética ou de conduta formalmente aprovado:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

O Código de Ética da CESP estabelece o padrão de comportamento esperado de seus profissionais e formaliza o seu compromisso com os valores e princípios da Empresa, de modo a orientar a tomada de decisões que têm implicações éticas e que podem, eventualmente, afetar a reputação da Companhia.

Estabelece ainda a forma de administrar conflitos; enfatizar a importância e a necessidade de contínuo aprimoramento cultural e profissional de todos os envolvidos; incentivar o relacionamento construtivo com outras entidades, fornecedores, clientes, credores, investidores, autoridades e comunidades e com seus próprios administradores, conselheiros fiscais e empregados, elevando o nível de confiança nas relações internas e externas; preservando a imagem e a reputação da Empresa, sempre associada a valores indispensáveis para um relacionamento de alto nível.

- ***se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados***

O Código de Ética da Companhia aplica-se igualmente aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de Comitês, diretores, empregados, contratados e aqueles que estejam, direta ou indiretamente, relacionados com a Companhia. Todos devem tomar conhecimento de seu conteúdo no momento de sua vinculação com a Companhia, assinar o termo de compromisso e se comprometer a assegurar que suas ações estejam alinhadas aos seus princípios e valores.

- ***se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema***

Todos os empregados e Diretores da Companhia foram convidados a participar do evento de lançamento do novo Código de Ética, conforme atualizado em março de 2019, e da nova Linha Ética CESP, ocorrido em maio de 2019.

O evento contou com a palestra de um Professor Doutor e Livre-Docente especialista em Ética no Brasil, que falou sobre o tema com os presentes abordando inúmeros conceitos e exemplos da aplicação do assunto em ambiente privado e empresarial, reforçando a sua importância para a convivência em sociedade.

O evento contemplou também a aplicação de um detalhado treinamento sobre a nova Linha Ética CESP, aplicado por empresa externa independente responsável pela operação do canal.

Durante o treinamento, foi esclarecido aos presentes o funcionamento da Linha Ética CESP, reforçou-se a possibilidade de anonimato quando do envio de qualquer manifestação, o seu objetivo e a importância da ferramenta para a boa governança da Companhia. Foram também fornecidas orientações importantes para o registro de um relato adequado, demonstrando-se, na prática, o passo-a-passo para a sua realização e acompanhamento.

Em conjunto com a área de Recursos Humanos, a Companhia está em processo de desenvolvimento de um plano de educação continuada sobre o seu Código de Ética, que será aplicável para todos os seus profissionais, com periodicidade a ser definida pela administração da Companhia. O plano de educação continuada terá como objetivo ampliar a conscientização dos colaboradores, com a difusão dos princípios, normas e procedimentos previstos em seu Código de Ética.

- ***as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas***

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

O Código de Ética da CESP prevê que seu descumprimento é considerado conduta inadequada e que pode levar a uma medida disciplinar. Todas as denúncias e comunicações encaminhadas via canal de denúncias são recebidas e apuradas pela área de Compliance. Caso tenha ocorrido uma violação, eventual medida disciplinar ou corretiva será determinada por meio de consulta com os devidos especialistas, incluindo os departamentos Jurídico, de Compliance e de Recursos Humanos da Companhia.

A aplicação de medidas corretivas depende da gravidade da violação e de outras circunstâncias relevantes.

As medidas disciplinares podem compreender (i) advertência verbal ou por escrito; (ii) suspensão; ou (iii) demissão com ou sem justa causa. Os casos de aplicação da gestão de consequências servem para embasar o Comitê de Conduta a tomar medidas semelhantes para os casos tratados.

- ***órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado***

O Código de Ética da Companhia foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de junho de 2009, tendo sua revisão e atualização sido aprovada, sendo que em revisões posteriores entre outras atualizações, foram incorporadas as disposições da Lei Federal nº 12.846, de 01/08/2013 (Lei Anticorrupção) e do Decreto Estadual nº 60.106, de 29/01/2014, que dispõe sobre a responsabilidade administrativa e civil das pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional e internacional.

Em 2019, o Código foi novamente revisado e atualizado, tendo o seu nome alterado para “Código de Ética CESP”. A nova versão do documento foi aprovada pelo Conselho de Administração da CESP em 18 de março de 2019 e, no início de maio, foram realizados eventos com palestras e treinamento em todas as unidades da empresa para o lançamento do novo documento e também para o lançamento da Linha Ética, o novo canal de comunicação implementado pela CESP para o envio de dúvidas relacionadas ao Código de Ética e denúncias de irregularidades.

O Código de Ética está disponível na intranet (Netcesp) e no website da Companhia: www.cesp.com.br, no website de Relações com Investidores da CESP (ri.cesp.com.br) e no website da CVM (www.cvm.gov.br). Os empregados receberam também a versão atualizada do documento por via impressa.

b. Canal de denúncia:

- ***se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros***
- ***se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados***
- ***se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé***
- ***órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias***

A CESP implementou, em 2018, um canal de denúncias, que foi totalmente revisado e reestruturado em 2019.

O canal de denúncias é operado pela ICTS Auditoria e Consultoria em Gestão de Riscos e Compliance, uma empresa independente e imparcial especializada na operação de canais dessa natureza.

Denominado “Linha Ética CESP”, o canal agora está disponível 7 dias da semana, 24 horas por dia. Qualquer pessoa, interna ou externa à empresa (empregados, fornecedores, comunidade em geral, investidores e etc.), pode acessar a Linha Ética CESP para o envio de dúvidas relacionadas ao seu Código de Ética e também para o envio de denúncias de irregularidades. As pessoas que acessarem o canal podem escolher permanecer no anonimato ou identificar-se em seu contato.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

O canal pode ser acessado através de um número de telefone gratuito - 0800 591 1609 - ou via site - www.linhaeticacesp.com.br

Todas as denúncias e comunicações encaminhadas via canal de denúncias são recebidas e apuradas pela área de Compliance. Caso tenha ocorrido uma violação, eventual medida disciplinar ou corretiva será determinada por meio de consulta com os devidos especialistas, incluindo o departamento Jurídico e de Recursos Humanos da Companhia.

c. Procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas:

A Companhia entende que caso venha a participar de processos de fusão, aquisição ou reestruturações societárias, seguirá a prática de mercado e contratará assessores jurídicos e financeiros com reconhecida qualidade técnica e alta reputação de mercado para realização de processos de due diligence que possibilitem uma visão global ou pontual sobre os aspectos jurídicos, fiscais, financeiros, societários, trabalhistas, bem como mapear eventuais riscos aos quais tais sociedades estariam expostas.

d. Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido:

Não aplicável, considerando que, como descrito nos itens anteriores, a Companhia possui regras, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**5.5 - Alterações significativas**

No último exercício social não ocorreram alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta nem na política de gerenciamento de riscos adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há informações adicionais relevantes, referente aos Riscos e controles.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

i. condições financeiras

Em 2018

A garantia física bruta da CESP no ano de 2018 foi de 1.002,6 MW médios, comercializados (i) no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), com 32 empresas distribuidoras e (ii) no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), com 5 clientes livres e 3 comercializadoras. As diferenças entre a energia produzida, a garantia física e a energia contratada foram contabilizadas e liquidadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

As condições hidrológicas bastante desfavoráveis em 2018 fizeram com que as usinas hidrelétricas do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”) fossem despachadas aquém de suas garantias físicas durante grande parte do ano, resultando em Generation Scaling Factor (“GSF”), condição em que os geradores do MRE devem arcar com o déficit entre geração e garantia física. Esta diferença é valorada ao PLD (Preços de Liquidação das Diferenças) que determina os preços do mercado de curto prazo e é a base para o Mercado Livre de Energia.

As receitas operacionais de 2018 alcançaram R\$ 1.927,3 milhões, com aumento de 10,1% em relação ao exercício de 2017, resultado, principalmente, do crescimento de 17,2% nas vendas no ambiente de contratação livre e de 119,3% no faturamento de energia disponível comercializados no âmbito da CCEE.

As operações da Companhia propiciaram EBITDA calculado de acordo com a Instrução CVM nº 527/2012 de R\$ 502,7 milhões ajustado por provisões para riscos legais e reversão de provisão para redução ao valor recuperável, representando aumento de 29,3% quando comparado ao exercício anterior.

A operação de transferência de controle da Companhia teve origem no âmbito do procedimento licitatório disciplinado pelo Edital n.º SF 001/2018 do Governo do Estado de São Paulo, datado de 6 de julho de 2018 (“Edital Desestatização”).

No Edital Desestatização foram estabelecidas as regras e os procedimentos aplicáveis à alienação de 116.450.219 ações de emissão da Companhia, sendo 87.521.950 (oitenta e sete milhões, quinhentas e vinte e um mil, novecentas e cinquenta) ações ordinárias, e 28.928.269 (vinte e oito milhões, novecentas e vinte e oito mil, duzentas e sessenta e nove) ações preferenciais classe B, então detidas pelo Estado de São Paulo (“Estado”) e por sociedades sob seu controle (“Vendedores”).

Em 19 de outubro de 2018, ocorreu o leilão das ações da Companhia, no qual se sagrou vencedor o Consórcio São Paulo Energia, constituído pela VTRM Energia Participações S.A. (“VTRM”) e pela SF Ninety Two Participações Societárias S.A. (“SF 92”), na proporção de 50% (cinquenta por cento) de participação para cada uma das consorciadas.

Em 10 de dezembro de 2018, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações entre, de um lado, a VTRM e a SF Ninety-Two, na qualidade de compradoras e, de outro lado, os Vendedores, que teve como objeto a aquisição de 87.521.950 (oitenta e sete milhões, quinhentas e vinte e um mil e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

novecentas e cinquenta) ações ordinárias e 28.928.269 (vinte e oito milhões, novecentos e vinte e oito mil, e duzentos e sessenta e nove) ações preferenciais classe B detidas pelos Vendedores, representativas de 35.56% (trinta e três inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento) das ações de emissão da Companhia (“Primeira Tranche de Ações do Leilão”).

Em 11 de dezembro de 2018, ocorreu a liquidação da Primeira Tranche de Ações do Leilão, por um valor atualizado de R\$ 1.721.438.655,49 (um bilhão, setecentos e vinte e um milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e nove centavos), correspondente a R\$ 14,78 (quatorze reais e setenta e oito centavos) por ação (“Preço de Aquisição”). Dessa forma, em 11 de dezembro de 2018, foi verificada a efetiva transferência do controle acionário da Companhia para o Consórcio.

De acordo com o Edital Desestatização, os Vendedores destinaram 16.375.710 (dezesseis milhões, trezentas e setenta e cinco mil, setecentas e dez) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia (“Ações ON”) para aquisição pelos empregados da Companhia, no âmbito de oferta a eles destinada (“Oferta aos Empregados”). Pelas regras do Edital Desestatização, eventuais Ações ON que não fossem adquiridas na Oferta aos Empregados deveriam ser obrigatoriamente adquiridas pelo vencedor do Leilão, conforme cronograma previsto no Edital Desestatização.

Em 2 de janeiro de 2019, a comissão organizadora do Leilão enviou comunicação à Companhia informando que, no âmbito da Oferta aos Empregados, foram adquiridas pelos empregados um total de 1.805.906 (um milhão, oitocentos e cinco mil, novecentas e seis) Ações ON. Por conseguinte, a fim de cumprir as regras do Edital Desestatização, VTRM e SF Ninety-Two, na qualidade de integrantes do Consórcio, ficaram adstritas a adquirir as Ações ON objeto da Oferta aos Empregados remanescentes (“Segunda Tranche de Ações do Leilão”).

Dessa forma, em 7 de janeiro de 2019, em cumprimento ao previsto no Edital Desestatização, VTRM, direta e indiretamente por meio da SF Ninety-Two, realizou a liquidação da Segunda Tranche de Ações do Leilão, adquirindo as 14.569.804 (quatorze milhões, quinhentas e sessenta e nove mil, oitocentas e quatro) Ações ON remanescentes, conforme segue: (a) SF Ninety-Two adquiriu 7.284.901 (sete milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, novecentas e uma) Ações ON, pelo montante total de R\$ 105.048.221,95 (cento e cinco milhões, quarenta e oito mil, duzentos e vinte e um reais e noventa e cinco centavos); e (b) VTRM adquiriu 7.284.903 (sete milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, novecentas e três) Ações ON de emissão da Companhia, pelo montante total de R\$ 105.048.243,58 (cento e cinco milhões, quarenta e oito mil, duzentos e quarenta e três reais e cinquenta e oito centavos).

Como resultado da operação, o METRO, a DERSA, a SABESP, a DAEE, a CPP e o Estado deixaram de deter quaisquer ações de emissão da Companhia, a VTRM se tornou titular de 51.045.878 ações ordinárias e de 14.464.135 ações preferenciais classe B, representativas de, aproximadamente, 20% do capital social total da Companhia, e a SF 92 se tornou titular de 51.045.876 ações ordinárias e de 14.464.134 ações preferenciais classe B, representativas de aproximadamente 20% do capital social total da Companhia.

A CESP encerrou o exercício em 2018 com Disponibilidades de R\$ 410,9 milhões, com condições financeiras suficientes para desenvolver suas atividades, bem como cumprir seus compromissos de curto, médio e longo prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os indicadores econômico-financeiros da CESP não tiveram variações significativas nos últimos 3 exercícios sociais, com a manutenção da capacidade para liquidar suas obrigações, redução do endividamento e menor participação de capital de terceiros. Vide tabela a seguir:

Liquidez/Endividamento	2016	2017	2018
Endividamento do Ativo.....	0,37	0,36	0,31
Participação de Capital de Terceiros..	0,59	0,56	0,45
Liquidez Corrente.....	0,98	0,91	0,97

Em 2017

Em 2017 foram comercializados 1.058 MW médios, sendo 230 MW médios no ACR, e 828 MW médios no ACL.

O faturamento da CESP com a comercialização de energia em 2017 foi de R\$ 1.746,7 milhões, uma redução de 14,6% sobre os R\$ 2.045,9 milhões auferidos no ano de 2016, que incluiu R\$ 385,3 milhões relativo ao período de “operação assistida” das usinas Ilha Solteira e Jupia, no regime de cotas, até 30/06/2016. Desse total, R\$ 1 mil foi receita auferida pela venda de energia do regime de cotas e R\$ 1.745,7 milhões foram provenientes de contratos bilaterais nos ambientes de contratação regulada e livre. Adicionalmente, registrou R\$ 3,2 milhões em outras receitas, decorrente de contratos de prestação de serviços. Após as Deduções à Receita de R\$ 273,3 milhões, em 2017 a Receita Operacional Líquida totalizou R\$ 1.476,6 milhões.

As operações da Companhia propiciaram EBITDA calculado de acordo com a Instrução CVM nº 527/2012 de R\$ 388,8 milhões ajustado por provisões para riscos legais e reversão de provisão para redução ao valor recuperável, representando redução de 57,2% quando comparado ao exercício anterior.

O setor hidroelétrico brasileiro, observado o comando centralizado do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, foi mais uma vez impactado pelo período de escassez hidrológica, exigindo que o ONS despachasse volume expressivo de energia de origem térmica, em prejuízo da produção hidráulica. O fator GSF – “Generation Scaling Factor”, que mede a relação entre a produção nacional efetiva das usinas hidráulicas em relação à sua garantia física, registrou 79,3% em 2017 (86,9% em 2016), o que, associado a elevados Preços de Liquidação das Diferenças – PLD, onerou a Companhia, resultou em despesas de compra de energia e afetou seus resultados.

A CESP iniciou o ano de 2017 sob o andamento dos estudos contratados pelo seu acionista controlador em dezembro de 2016 para sua avaliação econômico-financeira, proposição de modelagem e execução da venda de seu controle acionário, no processo de desestatização do Estado de São Paulo.

Os estudos e tratativas foram realizados e o leilão de venda marcado, sendo que em 14 de setembro de 2017 o Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização (CDPED) deliberou suspender o processo de alienação do controle acionário da Companhia pelo prazo necessário à avaliação sobre a pertinência de eventuais ajustes.

Em 29 de janeiro de 2018, tendo em vista a publicação do Decreto federal nº 9.271/18, que permite que concessões de geração sejam prorrogadas por até 30 anos no contexto de uma privatização, o CDPED deliberou pela retomada do processo de transferência do controle acionário da CESP, ora em andamento.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A CESP encerrou o exercício de 2017 com Disponibilidades de R\$ 310,5 milhões, com condições financeiras suficientes para desenvolver suas atividades, bem como cumprir seus compromissos de curto, médio e longo prazo.

Os indicadores econômico-financeiros da CESP não tiveram variações significativas nos últimos 3 exercícios. A capacidade para liquidar suas obrigações foi mantida, houve redução do endividamento e menor participação de capital de terceiros.. Vide tabela a seguir:

Liquidez/Endividamento	2015	2016	2017
Endividamento do Ativo.....	0,39	0,37	0,36
Participação de Capital de Terceiros..	0,64	0,59	0,56
Liquidez Corrente.....	1,02	0,98	0,91

Em 2016

A CESP apresentou Lucro Líquido de R\$ 305,1 milhões, revertendo o Prejuízo de R\$ 61,4 milhões registrado no ano anterior. Este resultado se deve, entre outros motivos, à redução de despesas, principalmente (i) energia comprada e encargos setoriais (o que inclui o uso do sistema de transmissão), (ii) diminuição de despesas com pessoal, material, serviços de terceiros e outras, (iii) redução em provisões registradas na rubrica outras (despesas) receitas líquidas (ante provisão ativo contingente de R\$ 580,8 milhões das usinas Ilha Solteira e Jupia, em 2015); e (iv) pela valorização do real perante o dólar americano neste exercício (ante uma expressiva desvalorização do real no ano passado).

Em 2016 foram comercializados 1.030 MW médios, sendo 335 MW médios no ACR, e 695 MW médios no ACL.

O faturamento da CESP com a comercialização de energia foi de R\$ 2.045,9 milhões em 2016, uma redução de 41,8% sobre os R\$ 3.517,4 milhões auferidos no ano de 2015. Desse total, R\$ 385,3 foram receitas auferidas pela venda de energia do regime de cotas e R\$ 1660,6 milhões foram provenientes de contratos bilaterais nos ambientes de contratação regulada e livre. Adicionalmente, registrou R\$ 6,9 milhões em outras receitas, decorrente de contratos de prestação de serviços. Após as Deduções à Receita, a Receita Operacional Líquida totalizou R\$ 1.668,6 milhões.

As operações da Companhia propiciaram EBITDA calculado de acordo com a Instrução CVM nº 527/2012 de R\$ 911,7 milhões ajustado por provisões para riscos legais, representando redução de 47,6% quando comparado ao exercício anterior.

A produção das usinas da CESP em 2016, observando o comando do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, mais uma vez foi impactada pelo período de escassez hidrológica, exigindo que o ONS despachasse volume expressivo de energia de origem térmica, em prejuízo da produção hidráulica. O fator GSF – “Generation Scaling Factor”, que mede a relação entre a produção efetiva das usinas hidráulicas em relação à sua garantia física, registrou 86,9% em 2016 (84,3% em 2015), resultando em despesas de compra de energia à Companhia. A ANEEL, por meio do Despacho nº 190/2016, anuiu à repactuação requerida pela CESP referente ao Risco Hidrológico da energia contratada no ambiente regulado da Usina Porto Primavera, mediante o pagamento de seguro. Com o encerramento da concessão das Usinas Hidrelétricas Ilha Solteira e Jupia em 7 de julho de 2015, a CESP continuou a operá-las até 30 de junho de 2016 pelo regime de cotas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A partir de 1º de julho de 2016, a Companhia deixou de operar as Usinas Hidrelétricas Ilha Solteira e Jupia, na mesma data foram desligados 221 empregados lotados nessas usinas e admitidos pelo novo concessionário. Mediante acordo firmado na Justiça do Trabalho, a CESP indenizou os empregados, sendo ressarcida pelo novo concessionário de 50% das despesas com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e 100% das despesas com Aviso Prévio.

O Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização – CDPED, em reunião realizada em 23 de agosto de 2016, decidiu recomendar ao Governador do Estado de São Paulo a retomada dos trabalhos e estudos necessários à privatização da CESP, nos termos do art. 5º da Lei 9.361, de 05 de julho de 1996.

O Governo do Estado publicou edital para a contratação de serviços de consultoria a serem prestados por intermédio da Secretaria da Fazenda, consistentes na avaliação econômico-financeira, proposição de modelagem e execução da venda dos ativos mobiliários detidos pelo Estado, correspondentes a ações representativas do capital social da CESP. Foi realizado em 22 de novembro o Pregão Eletrônico que teve como vencedor o Banco Fator S.A.

A CESP encerrou o exercício em 31/12/2016, com Disponibilidades de R\$ 504 milhões, com condições financeiras suficientes para desenvolver suas atividades, bem como cumprir seus compromissos de curto, médio e longo prazo.

Os indicadores econômico-financeiros da CESP não tiveram variações significativas nos últimos 3 anos, com a manutenção da capacidade para liquidar suas obrigações, redução do endividamento e menor participação de capital de terceiros, importante considerar a redução ocorrida no Patrimônio Líquido, conforme exposto ao final do item (ii - condições patrimoniais). Vide tabela a seguir:

Liquidez/Endividamento	2014	2015	2016
Endividamento do Ativo.....	0,41	0,39	0,37
Participação de Capital de Terceiros..	0,70	0,64	0,59
Liquidez Corrente.....	1,34	1,02	0,98

ii. condições patrimoniais

A Companhia encerrou o exercício de 2018 com um parque gerador exclusivamente hidráulico, formado por três usinas hidrelétricas: Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera – 1.540 megawatts – MW), Paraibuna (87,0 MW) e Jaguari (27,6 MW), totalizando 1.654,6 MW de capacidade instalada. A Portaria SPE/MME no 258, de 21 de dezembro de 2016, alterou a garantia física da usina de Porto Primavera de 1.017 médios para 992,6 MW médios. Em 3 de maio de 2017 foi publicada a Portaria MME nº 178, alterando a garantia física da UHE Engenheiro Sérgio Motta de 992,6 para 941,8 MW médios, a partir de 1º de janeiro de 2018.

Até 7 de julho de 2015 a CESP detinha as concessões das usinas hidrelétricas de Ilha Solteira e Jupia, com 3.698,5 megawatts médios de energia comercializável. Com o vencimento destas concessões, a Companhia encerra o ano de 2016 com um parque gerador exclusivamente hidráulico, formado por três usinas hidrelétricas: Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera – 1.540 megawatts – MW), Paraibuna (87,02 MW) e Jaguari (27,6 MW), totalizando 1.654,62 MW de capacidade instalada. A Portaria SPE/MME nº 258, de 21 de dezembro de 2016, alterou a garantia física da usina de Porto Primavera de 1.017 médios para 992,6 MW médios. Portanto a energia própria que a CESP vinha comercializando desde 08 de julho de 2015 que representa 1.081 MW médios, passou, em 2016, para 1.056,6 MW médios de garantia física.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 03 de maio de 2017, por meio da Portaria MME nº 178, o Ministério de Minas e Energia efetuou a revisão ordinária das garantias físicas das usinas hidrelétricas do Sistema Interligado Nacional-SIN. A garantia física da CESP será reduzida de 1.056,6 MW médios para 1.002,6 MW médios, a partir de 1º de janeiro de 2018.

Parque Gerador

Usinas Hidrelétricas	Data de Conclusão	Unidades Geradoras	Extensão da Barragem (km)	Área do Reservatório (km²)	Capacidade Instalada (MW)	Energia de Garantia Física (MW Médio)
Porto Primavera	2003	14	10,2	2.250	1.540	941,8*
Paraíbuna	1978	2	0,5	177	87	47,5
Jaguari	1972	2	1,0	56	27,6	13,3
Total		18	11,7	2.483	1.654,6	1.002,6

*Redução conforme Portaria MME nº 178, de 3 de maio de 2017.

Descrição	2016	2017	2018
Imobilizado.....	6.792.269	6.592.199	6.356.617
Ativo Total.....	11.612.803	11.131.537	10.326.500
Imobilizado / Ativo total.....	58,49%	59,16%	61,56%

Em 2018, a elevação na relação Imobilizado/Ativo Total em relação a 2017 deu-se, principalmente, em virtude da redução do saldo da rubrica Caução e depósitos vinculados, face a acordo judicial realizado com o Prefeituras e Ministério Público de Mato Grosso do Sul, em 30 de junho de 2018, com significativa redução do passivo, no saldo de Provisões para riscos legais.

Em 2017 a relação Imobilizado/Ativo Total manteve-se em linha com a apurada no exercício de 2016.

Em 2016 a elevação na relação Imobilizado/Ativo Total em relação a 2015 deu-se em virtude da redução das disponibilidades pelo pagamento de juros sobre capital próprio ao final do exercício de 2016, bem como pela redução do saldo em valores a receber de energia elétrica, decorrente do término das concessões das usinas Ilha Solteira e Jupia, em 30/06/2015 e fim da operação assistida no 2º semestre de 2016.

Usinas Ilha Solteira e Jupia

Em 07 de julho de 2015 ocorreu a reversão das UHE's Ilha Solteira e Jupia ao Poder Concedente e o término da sua exploração econômica pelo regime de preço. A Companhia calculou a depreciação destas usinas até 30 de junho de 2015 e reclassificou o valor residual contábil do ativo imobilizado para a rubrica Ativo Disponível para Reversão. A partir dessa data a Companhia passou a auferir receitas, temporariamente, pelo regime de cotas, até a assunção do novo operador e durante o período de operação assistida, que se encerrou em 30 de junho de 2016.

Usinas Hidrelétricas	Data de Conclusão	Unidades Geradoras	Extensão da Barragem (km)	Área do Reservatório (km²)	Capacidade Instalada (MW)	Energia de Garantia Física (MW Médio)
Ilha Solteira	1978	20	5,6	1.195	3.444	1.731,5
Jupia	1974	14	5,5	330	1.551,2	886
Total		34	11,1	1.525	4.995,2	2.617,5

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 01 de outubro de 2015, o MME – Ministério das Minas e Energia publicou a Portaria nº 458, que definiu o valor aproximado de R\$ 2 milhões como indenização para a UHE Ilha Solteira, referenciados a preços de junho de 2015. Em 9 de outubro de 2015, a CESP ajuizou ação indenizatória em face da União Federal, para o fim de que esta seja condenada a pagar à Companhia o montante devido a título de reversão dos bens e instalações vinculados à exploração da concessão da UHE de Ilha Solteira e da UHE de Jupiá, considerado o custo histórico atualizado desses ativos de R\$ 1.561 milhões. A Companhia entende que é seu direito receber o montante registrado, considerado o custo histórico atualizado, e continuará a discuti-lo judicialmente. Em atendimento ao CPC 25, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e em face da Resolução Aneel nº 596/2013, a Companhia constituiu em 2015 provisão para desvalorização das duas usinas (Ativo Contingente), no valor de R\$ 580 milhões ajustando o valor registrado até o desfecho da disputa judicial.

Usina Três Irmãos

Durante 2014, a CESP operou a Usina Três Irmãos no regime de cotas até o dia 10 de outubro, quando se iniciou a concessão para o novo operador daquela usina, a TIJOÁ Participações e Investimentos S/A que, a partir dessa data, assumiu a responsabilidade pela sua operação.

Com a publicação da Resolução Homologatória ANEEL no 1.521 de 30 de abril de 2013, em 17 de abril de 2013 ocorreu o término da exploração econômica da UHE Três Irmãos pela venda de sua garantia física de energia pelo regime de preço:

Usinas Hidrelétricas	Data de Conclusão	Unidades Geradoras	Extensão da Barragem (km)	Área do Reservatório (km²)	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW Médio)
Três Irmãos	1999	5	3,6	785	811,45 ⁽¹⁾	217,5 ⁽²⁾

(1) Capacidade Instalada Homologada no Despacho ANEEL nº 2.762 de 04/09/2012.

(2) Garantia Física definida na Portaria nº 32, de 05/03/2013, do Ministério de Minas e Energia.

A Companhia depreciou a usina até abril de 2013 e a reclassificou pelo valor residual contábil do ativo imobilizado, no valor de R\$ 3.529.080, para a rubrica “Ativo Disponível para Reversão”, que será utilizado para confrontar com o valor da indenização de R\$ 1.717.362 definido pelo Poder Concedente.

No quarto trimestre de 2013 foram realizadas diversas reuniões com a participação da Administração e técnicos da Companhia com o Ministério de Minas e Energia - MME e com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE. Foi discutido detalhadamente a composição dos valores da usina pelos cálculos da CESP e EPE e esgotados os entendimentos na esfera administrativa.

A Administração da Companhia entende que é seu direito receber o montante registrado e, de acordo com os termos de seu Contrato de Concessão, continuará a discuti-lo judicialmente. Dada a existência de um ativo contingente e em atendimento ao CPC 25, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu provisão de R\$ 1.811.718 mil (valor controverso), ajustando o valor de indenização proposto pelo Poder Concedente (valor incontroverso).

A Usina Três Irmãos teve seu primeiro período de concessão encerrado em novembro de 2011 e apesar de ter feito várias solicitações de renovação, a CESP não teve seu pleito respondido pelo Poder Concedente, e a Usina foi incluída na Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(posteriormente convertida na Lei nº 12.783, de 14/01/2013). Essa MP ofereceu a renovação da concessão por mais 30 anos, em condições econômicas que não foram aceitas pelos acionistas da CESP, reunidos em Assembleia em 03.12.2012.

Demonstração do Patrimônio Líquido
R\$ mil

Descrição	2016	2017	2018
Capital Social	5.975.433	5.975.433	5.975.433
Reservas de capital	1.929.098	1.929.098	1.929.098
Ajuste de Avaliação patrimonial	(1.018.677)	(997.645)	(976.752)
Outros resultados abrangentes	(337.258)	(370.669)	(380.301)
Reservas de lucros	612.941	578.348	554.588
Lucros (prejuízos) acumulados	-	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.161.537	7.114.565	7.102.066
Lucro/(Prejuízo) do exercício	305.095	(168.528)	294.433

b. estrutura de capital**i. estrutura de capital****Em 2018**

A CESP possui uma estrutura de capital equilibrada, com Capital de Terceiros composto por 27,4% de obrigações de curto prazo e 72,6% de longo prazo, apresentando uma redução do seu endividamento se comparado ao exercício social de 2017.

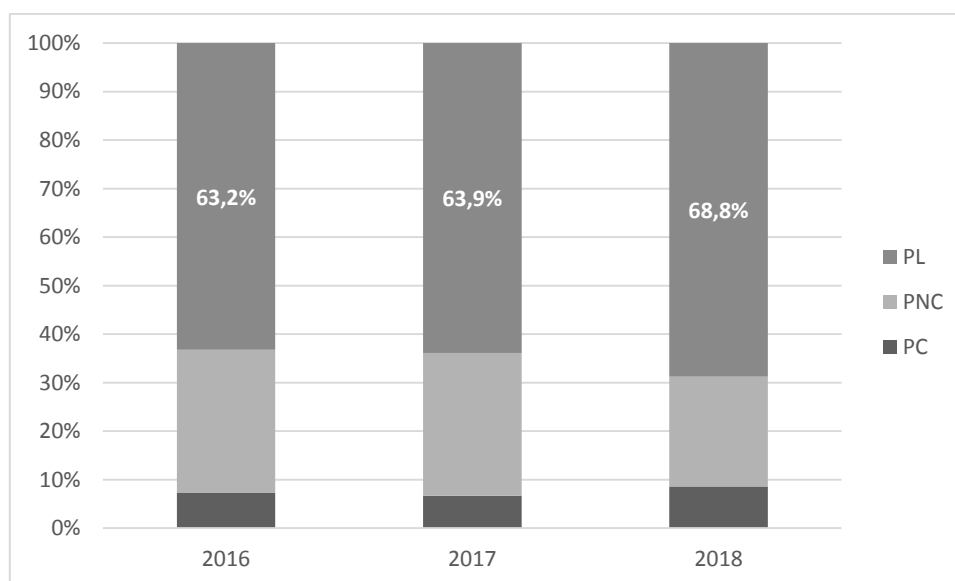
A dívida financeira, composta por Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$ 215,6 milhões, tendo sido reduzida em cerca de R\$ 173 milhões (44,5%) se comparada com o exercício social de 2017, estando agora representada por 2,2% em moeda nacional e 97,8% em moeda estrangeira. Ao final do ano de 2018, as Disponibilidades eram de R\$ 410,9 milhões, representando cerca de 190,6% do montante da dívida financeira.

Como pode ser observado no quadro a seguir, a CESP tem financiado suas operações, preferencialmente, com capital próprio, reduzindo, paulatinamente, o seu endividamento:

Índice de Endividamento	2016	2017	2018
Empréstimos + Financ. + FIDC.....	651.545	388.684	215.636
Caixa e equivalente de Caixa.....	(504.029)	(310.536)	(410.886)
Dívida			
Líquida.....	147.516	78.148	(195.250)
Patrimônio Líquido.....	7.161.537	7.114.565	7.102.066
Índice de Endividamento Líquido	2,1%	1,1%	-2,7%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O gráfico abaixo apresenta a distribuição percentual entre patrimônio líquido (PL) e capital de terceiros (passivo circulante e passivo não circulante), sendo que a CESP tem demonstrado um PL maior do que o total de capital de terceiros.



Em 2017

A CESP possuía, em 2017, uma estrutura de capital equilibrada, com capital de terceiros composto por 18,5% de obrigações de curto prazo e 81,5% de longo prazo, apresentando uma redução do seu endividamento quando comparado com o exercício social de 2016.

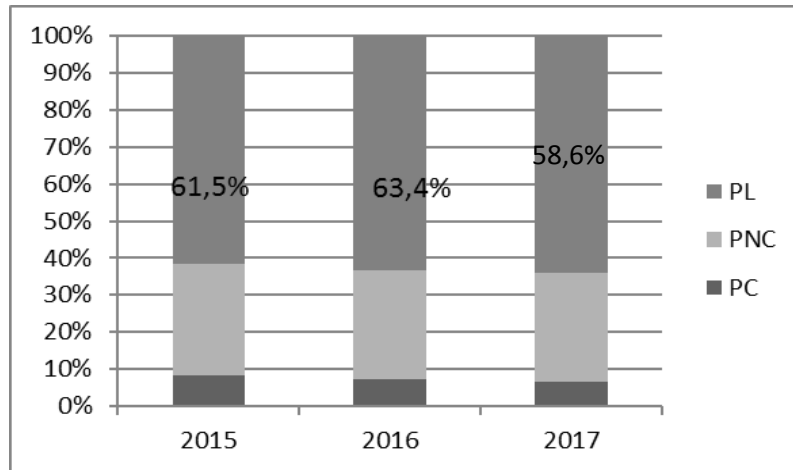
A dívida financeira, composta por empréstimos e financiamentos e FIDC atingiu R\$ 388,7 milhões, tendo sido reduzida em cerca de R\$ 262,9 milhões (31,6%) quando comparada com o exercício social de 2016, estando agora representada por 2,5% em moeda nacional e 97,5% em moeda estrangeira. Ao final do ano, as Disponibilidades eram de R\$ 310,5 milhões, representando cerca de 79,9% do montante da dívida financeira.

Como pode ser observado no quadro a seguir, a CESP tem financiado suas operações, preferencialmente, com capital próprio, reduzindo, paulatinamente, o seu endividamento:

Índice de Endividamento	2015	2016	2017
Empréstimos + Financ. + FIDC.....	1.192.031	651.545	388.684
Caixa e equivalente de Caixa.....	(548.553)	(504.029)	(310.536)
Dívida			
Líquida.....	643.478	147.516	78.148
Patrimônio Líquido.....	7.310.892	7.161.537	7.114.565
Índice de Endividamento Líquido	8,8%	2,1%	1,1%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O gráfico abaixo apresenta a distribuição percentual entre Patrimônio Líquido (PL) e capital de terceiros (passivo circulante e passivo não circulante), sendo que a CESP tem demonstrado um PL maior do que o total de capital de terceiros.



Em 2016

A CESP possuía, em 2016, uma estrutura de capital equilibrada, com capital de terceiros composto por 20,0% de obrigações de curto prazo e 80,0% de longo prazo, apresentando uma redução do seu endividamento quando comparado com o exercício social de 2015.

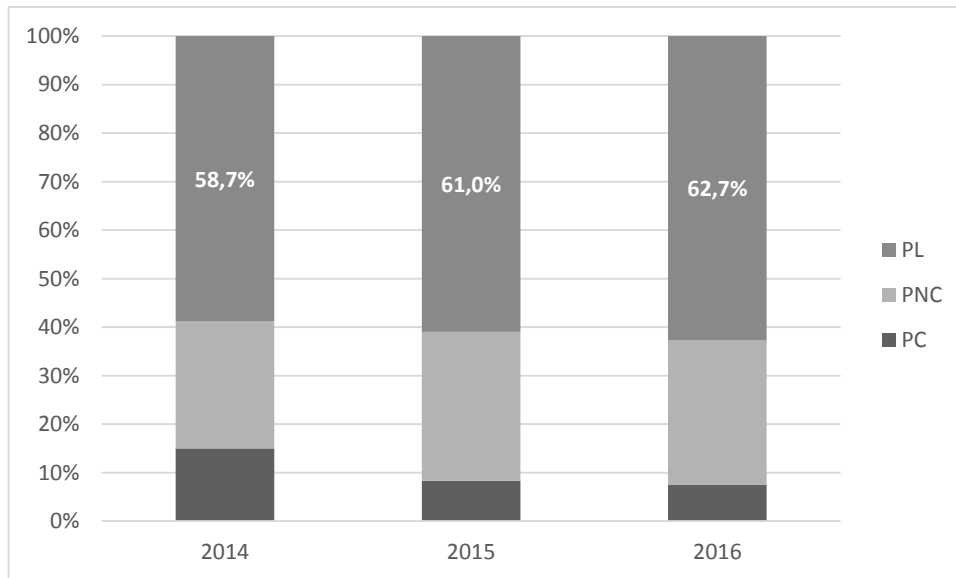
A dívida financeira, composta por empréstimos e financiamentos e FIDC atingiu R\$ 651,5 milhões, tendo sido reduzida em cerca de R\$ 540,5 milhões (45,3%) quando comparada com o exercício social de 2015, estando agora representada por 15,1% em moeda nacional e 84,9% em moeda estrangeira. Ao final do ano, as Disponibilidades eram de R\$ 504,0 milhões, representando cerca de 77,4% do montante da dívida financeira.

Como pode ser observado no quadro a seguir, a CESP tem financiado suas operações, preferencialmente, com capital próprio, reduzindo, paulatinamente, o seu endividamento:

Índice de Endividamento	2014	2015	2016
Empréstimos + Financ. + FIDC.....	2.314.406	1.192.031	651.545
Caixa e equivalente de Caixa (Nota 5).....	(2.427.852)	(548.553)	(504.029)
Dívida Líquida.....	(113.446)	643.478	147.516
Patrimônio Líquido.....	8.629.077	7.310.892	7.161.537
Índice de Endividamento Líquido	-1,3%	8,8%	2,1%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O gráfico abaixo apresenta a distribuição percentual entre Patrimônio Líquido (PL) e capital de terceiros (passivo circulante e passivo não circulante), sendo que a CESP tem demonstrado um PL maior do que o total de capital de terceiros.



A Moody's Investors Service em Fevereiro de 2016 rebaixou o "rating" de crédito da CESP de Baa3 para Ba2 com perspectiva negativa, em função do rebaixamento dos "ratings" do Brasil e Estado de São Paulo de Baa3 para Ba2, ambos com perspectiva negativa. Em junho de 2016 os "ratings" BB na escala global e brAA- na escala nacional foram reafirmados pela S&P Global Ratings.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 2018

A Companhia vem apresentando consistente geração de caixa medida pelo método "EBITDA Ajustado" que atingiu, em 2018, R\$ 502,7 milhões, nível suficiente para fazer frente ao fluxo de pagamentos de compromissos.

A Companhia acessou o mercado de capitais ao final de 2018 para estruturação de operação de debêntures, com vistas ao levantamento de recursos para o pagamento da outorga de renovação da concessão da Usina Hidrelétrica Porto Primavera (Engenheiro Sérgio Motta), devida a partir da assinatura do novo contrato de concessão. A conclusão da operação ocorreu no início de 2019, com a captação de R\$ 1,8 bilhão.

Em 31.12.2018, a dívida financeira ficou em R\$ 215 milhões, inferior à posição de 2017 que era de R\$ 388 milhões. Essa redução decorreu principalmente das amortizações, apesar da valorização do dólar em 17,13 durante o ano, sobre a dívida em moeda estrangeira.

Em 2018, o índice de liquidez corrente atingiu R\$ 0,97 e o índice de liquidez geral foi de R\$ 1,22. Em 2017, o índice de liquidez corrente era de R\$ 0,91 e o índice de liquidez geral de R\$ 1,13.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Obrigações Financeiras:**

Descrição	Valores em R\$ mil		
	2016	2017	2018
Curto Prazo	269.968	204.532	214.556
Longo Prazo	381.577	184.152	1.080
DÍVIDA BRUTA	651.545	388.684	215.636
(-) Disponibilidades e Depósitos Vinculados	(504.029)	(310.536)	(410.886)
DÍVIDA LÍQUIDA	147.516	78.148	(195.250)

Em 2017

A Companhia tem baixo custo operacional e vem apresentando consistente geração de caixa medida pelo método “EBITDA Ajustado” que atingiu, em 2017, R\$ 392,2 milhões, nível suficiente para fazer frente ao fluxo de pagamentos de compromissos.

A dívida financeira ficou em R\$ 388 milhões, em 31.12.2017, inferior à posição de 2016 que era de R\$ 651 milhões. Essa redução decorreu principalmente das amortizações e da desvalorização do dólar de 1,5% durante o ano, sobre a dívida em moeda estrangeira.

Em 2017, o índice de liquidez corrente atingiu R\$ 0,91 e o índice de liquidez geral foi de R\$ 1,13. Em 2016, o índice de liquidez corrente era de R\$ 0,97 e o índice de liquidez geral de R\$ 0,58.

Em 2016

Durante o exercício de 2016, a Companhia teve baixo custo operacional e apresentou consistente geração de caixa medida pelo método “EBITDA Ajustado” que atingiu, em 2016, R\$ 911,7 milhões, nível suficiente para fazer frente ao fluxo de pagamentos de compromissos, não havendo previsão de emissão de dívida durante 2017.

Em 31.12.2016, a dívida financeira ficou em R\$ 651 milhões, inferior à posição de 2015 que era de R\$ 1.192 milhões. Essa redução decorreu principalmente das amortizações e da desvalorização do dólar de 16,5% durante o ano, sobre a dívida em moeda estrangeira. Em 2016, o índice de liquidez corrente atingiu R\$ 0,97 e o índice de liquidez geral foi de R\$ 0,58. Em 2015, o índice de liquidez corrente era de R\$ 1,02 e o índice de liquidez geral de R\$ 0,59.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia, além dos programas ativos relacionados no subitem (f) a seguir, já utilizou operações de mercado de capitais, tal como emissão de dívida, como fonte de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes, tendo emitido por 11 vezes debêntures simples não conversíveis em ações da Companhia, sendo que 10 (dez) delas já foram quitadas.

De forma pioneira, a Companhia também lançou programa de CTEE's - Certificados a Termo de Energia Elétrica, que se diferenciava das Debêntures pelo seu lastro em energia elétrica (megawatt/hora). Foram 9 emissões, todas também já resgatadas. A Companhia também realizou 4 emissões de Fundo de investimento de Direito Creditórios, lastreados em recebíveis de contratos de venda de energia, todas já quitadas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No mercado internacional foram emitidas 8 séries do Programa de Notas de Médio Prazo (Medium Term Notes MTN) iniciado em 2001, última série em vigor (8ª), foi totalmente liquidada em 15/01/2015.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia obteve redução do seu nível de endividamento, principalmente após a liquidação dos títulos de Programa de Notas de Médio Prazo (Medium Term Notes MTN) em 15/01/2015 e, desde então, não houve necessidade de financiamento de suas operações mediante capital de terceiros.

Contudo, caso haja necessidade de fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes, a Companhia poderá acessar o mercado financeiro e adotar a melhor alternativa que se enquadre em suas expectativas de custos, prazos e disponibilidades. Para investimento poderão ser utilizadas fontes de recursos compatíveis com as condições e as taxas de retorno de cada projeto.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**i. Contratos de empréstimos relevantes**

A tabela a seguir contempla a composição dos compromissos financeiros da Companhia em 31/12/2016, 31/12/2017 e 31/12/2018, ajustados em decorrência da adoção do IFRS, cujas operações relevantes são os FIDCs, Notas de Médio Prazo, dívidas com o BNDES (Plano Brady) e dívidas com a Eletrobrás:

Dívida Financeira**Valores em R\$ mil**

Descrição	2016	2017	2018
MOEDA ESTRANGEIRA	553.333	378.777	210.882
BNDES	552.196	377.764	209.743
Outras Instituições	1.137	1.013	1.139
MOEDA NACIONAL	98.212	9.907	4.754
ELETROBRÁS	15.061	9.907	4.754
FIDC II, III e IV	83.151	-	-
TOTAL	651.545	388.684	215.636

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relacionamento comercial no curso normal de seus negócios com instituições financeiras de acordo com as práticas do mercado. Contudo, não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras além das descritas neste formulário de referência para os últimos três exercícios sociais.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há subordinação contratual entre as dívidas quirográficas da Companhia. Em eventual concurso universal de credores, as dívidas com garantia real têm prioridade de recebimento sobre as demais dívidas da Companhia, até o limite do bem gravado, em observância ao previsto na legislação vigente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No prospecto da operação do FIDC IV havia previsão de que a ocorrência de qualquer dos eventos ali relacionados, seria considerado como Evento de Avaliação podendo resultar em Evento de Liquidação. Este contrato foi liquidado em maio de 2017, e não houve utilização deste mecanismo durante sua vigência.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo suas restrições.

Não há.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados.

Não aplicável, pois a Companhia não possui limites em aberto em seus financiamentos nos 3 últimos exercícios sociais.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Em 2018

Apresentamos abaixo os saldos das contas de resultado de 2018 e respectivas variações:

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Valores em milhares de Reais)**

	2018	2017	Var. %
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	1.634.110	1.476.615	10,7%
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Custo com energia elétrica.....	(866.112)	(816.182)	6,1%
Custo com operação.....	(376.497)	(368.757)	2,1%
	(1.242.609)	(1.184.939)	4,9%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO.....	391.501	291.676	34,2%
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas.....	(171.864)	(182.667)	-5,9%
Outras despesas operacionais.....	112.092	(203.054)	-155,2%
Outras (despesas) receitas líquidas.....	(34.358)	(23.802)	44,3%
	(94.130)	(409.523)	-77,0%
LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO.....	297.371	(117.847)	-352,3%
Receitas financeiras.....	136.015	184.439	-26,3%
Despesas financeiras.....	(149.100)	(133.596)	11,6%
RESULTADO FINANCEIRO.....	(13.085)	50.843	-125,7%
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL....	284.286	(67.004)	-524,3%
Imposto de renda diferido.....	7.706	(71.102)	-110,8%
Contribuição social diferida.....	2.441	(30.422)	-108,0%
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social.....	10.147	(101.524)	-110,0%
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO.....	294.433	(168.528)	-274,7%
Lucro básico e diluído por ação.....	0,90	(0,51)	-274,7%

As receitas operacionais de 2018 alcançaram R\$ 1.927,3 milhões, com aumento de 10,1% em relação ao exercício de 2017, resultado, principalmente, do crescimento de 17,2% nas vendas no ambiente

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de contratação livre e de 119,3% no faturamento de energia disponível comercializados no âmbito da CCEE.

As deduções à receita operacional totalizaram R\$ 293,2 milhões, com aumento de 7,3% em relação a 2017, resultando na Receita Operacional Líquida de R\$ 1.634,1 milhões, com acréscimo de 10,7% sobre 2017. Resultado do aumento no faturamento do exercício de 2018 quando comparado ao exercício de 2017.

O Custo do Serviço de Energia Elétrica totalizou R\$ 1.242,6 milhões, aumento de 4,9% em relação a 2017, segmentado nos itens Custo com Energia Elétrica e Custo com Operação.

O Custo com Energia Elétrica aumentou 6,1%, decorrente, principalmente, do incremento de energia elétrica comprada para revenda em contratos bilaterais, em decorrência do impacto do GSF e dos altos Preços de Liquidação de Diferenças – PLD.

O Custo com Operação cresceu 2,1% em relação a 2017, e encerrou 2018 em R\$ 376,5 milhões.

A CESP registrou Lucro Operacional Bruto de R\$ 391,5 milhões no exercício de 2018, representando aumento de 34,2% em relação a 2017.

As Despesas Gerais e Administrativas tiveram uma redução de 5,9% em relação a 2017, principalmente pela redução nas despesas de serviços com terceiros, enquanto as Outras Despesas Operacionais apresentaram-se positivas em R\$ 112,1 milhões, (negativas em R\$ 203,1 milhões em 2017), principalmente em face da reversão de provisões para riscos legais de natureza ambiental, decorrente do acordo judicial realizado em 30.06.2018 com o Ministério Público e Prefeituras do Estado de Mato Grosso do Sul, que superou o montante da provisão com a atualização de 2018, bem como pela redução no valor da reversão de provisão para ajuste ao valor recuperável (*impairment*) de R\$ 62,6 milhões em 2018 (R\$ 163,6 milhões em 2017).

As Outras (Despesas) Receitas Líquidas tiveram incremento de 44,3% em relação a 2017, principalmente pelo registro de despesa com o acordo judicial realizado em 30.06.2018 com o Ministério Público e Prefeituras do Estado de Mato Grosso do Sul, em contraposição à reversão de provisões para compromissos socioambientais.

Assim, a CESP registrou um Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro de R\$ 297,4 milhões em 2018, ante prejuízo de R\$ 117,8 milhões em 2017.

O EBITDA Ajustado pelas provisões para riscos legais totalizou R\$ 502,7 milhões em 2018, representando crescimento de 29,3% em relação a 2017.

O Resultado Financeiro alcançou R\$ 13,1 milhões negativos em 2018 (R\$ 50,8 milhões positivos em 2017). As Receitas Financeiras tiveram redução de 26,3% em relação a 2017, e alcançaram R\$ 136 milhões, principalmente em virtude da redução nos rendimentos de aplicações financeiras e da atualização do saldo de depósitos judiciais.

Os Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras reduziram-se em 51,6% em relação a 2017, totalizando R\$ 36,4 milhões. A despesa com Variações Monetárias e Cambiais alcançaram R\$ 112,7 milhões negativos (R\$ 58,3 milhões negativos em 2017). Reflexo da desvalorização do real frente ao dólar norte-americano ocorrida em 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia registrou Lucro antes dos Impostos de R\$ 284,3 milhões. Após a apropriação do Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro fiscal tributável e os impostos diferidos, a Companhia apurou um Lucro líquido de R\$ 294,4 milhões (Prejuízo de R\$ 168,5 milhões em 2017).

Apresentamos abaixo os saldos das contas patrimoniais de 2018 e respectivas variações:

BALANÇO PATRIMONIAL					
Posição Financeira em 31 de dezembro de					
(Valores em milhares de reais)					
ATIVO	2018	AV %	AH %	2017	AV %
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa.....	410.886	4%	32%	310.536	3%
Valores a receber.....	240.802	2%	23%	196.465	2%
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	79.203	1%	30%	60.995	1%
Despesas pagas antecipadamente.....	15.580	0%	-1%	15.763	0%
Outros créditos.....	108.528	1%	16%	93.502	1%
	<u>854.999</u>	<u>8%</u>	<u>26%</u>	<u>677.261</u>	<u>6%</u>
NÃO CIRCULANTE					
Cauções e depósitos vinculados.....	536.254	5%	-58%	1.262.028	11%
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	579.226	6%	-1%	583.165	5%
Almoxarifado.....	4.302	0%	20%	3.584	0%
Despesas pagas antecipadamente.....	7.511	0%	-67%	22.532	0%
Outros créditos.....	1.361	0%	-8%	1.478	0%
Ativo disponível para reversão.....	1.949.430	19%	0%	1.949.430	18%
	<u>3.078.084</u>	<u>30%</u>	<u>-19%</u>	<u>3.822.217</u>	<u>34%</u>
Ativo intangível.....	36.800	0%	-8%	39.860	0%
Imobilizado.....	6.356.617	62%	-4%	6.592.199	59%
	<u>6.393.417</u>	<u>62%</u>	<u>-4%</u>	<u>6.632.059</u>	<u>60%</u>
	<u>9.471.501</u>	<u>92%</u>	<u>-9%</u>	<u>10.454.276</u>	<u>94%</u>
TOTAL DO ATIVO.....	<u>10.326.500</u>	<u>100%</u>	<u>-7%</u>	<u>11.131.537</u>	<u>100%</u>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BALANÇO PATRIMONIAL
Posição Financeira em 31 de dezembro de
(Valores em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	AV %	AH %	2017	AV %
CIRCULANTE					
Fornecedores.....	7.595	0%	-47%	14.421	0%
Energia comprada para revenda.....	167.822	2%	-16%	200.117	2%
Empréstimos e financiamentos.....	214.556	2%	5%	204.532	2%
Tributos e contribuições sociais.....	19.061	0%	-48%	36.626	0%
Encargos setoriais.....	141.742	1%	-24%	187.695	2%
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	298.750	3%	1006%	27.023	0%
Obrigações estimadas e folha de pagamento.....	25.211	0%	9%	23.136	0%
Outras obrigações.....	9.661	0%	-80%	47.560	0%
	884.398	9%	19%	741.110	7%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos.....	1.080	0%	-99%	184.152	2%
Encargos setoriais.....	35.852	0%	2346%	1.466	0%
Provisão para riscos legais.....	2.156.162	21%	-27%	2.950.766	27%
Obrigações socioambientais.....	72.915	1%	-30%	104.895	1%
Outras obrigações.....	74.027	1%	114%	34.583	0%
	2.340.036	23%	-29%	3.275.862	29%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	5.975.433	58%	0%	5.975.433	54%
Reservas de capital.....	1.929.098	19%	0%	1.929.098	17%
Ajustes de avaliação patrimonial.....	(976.752)	-9%	-2%	(997.645)	-9%
Outros resultados abrangentes.....	(380.301)	-4%	3%	(370.669)	-3%
Reservas de lucros	554.588	5%	-4%	578.348	5%
	7.102.066	69%	0%	7.114.565	64%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.326.500	100%	-7%	11.131.537	100%

A redução de 57,5% em 2018 quando comparada com o exercício social de 2017, verificada na linha “Cauções e depósitos vinculados” deve-se ao acordo realizado com as Prefeituras e Ministério Público objetivando extinguir ações judiciais movidas por aquelas instituições contra a CESP. Adicionalmente, a redução foi resultado da substituição das obrigações ambientais previstas nos Instrumentos Particulares de Composição Amigável – IPCA’s 1998 e no Termo de Ajustamento de Conduta – TAC 2001 pelo compromisso feito pela Companhia de cumprir com todas as condicionantes da Licença de Operação nº 121/2000 – 2ª Renovação, emitida em 23 de maio de 2018 pelo IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

De acordo com o compromisso, o Estado do Mato Grosso do Sul ficou autorizado a levantar o valor dos depósitos judiciais existentes, estimados em cerca de R\$ 583 milhões, em 31 de março de 2018; extinguindo em contrapartida, ações judiciais movidas pelo Ministério Público do Mato Grosso do Sul e referidas Prefeituras, que, em 31 de março de 2018 encontravam-se classificadas na rubrica Provisão para riscos legais da seguinte forma:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Expectativa de Perda	R\$ Mil
Provável	988.676
Possível	904.060
Remota	332.132
Total	2.224.868

Abaixo informamos os reflexos dos acordos e compromissos acima mencionados nas rubricas do ativo e do passivo:

Reflexos	Valores em R\$ Mil			
	Ativo	Passivo		Resultado
Item	Cauções e depósitos (Nota 11)	Contingência	Outras Obrigações (Nota 24.2)	
Provável				
Ambiental.....	(583.175)	935.042	-	351.867
Cível.....	(72)	53.634	-	53.562
Soma.....	(583.247)	988.676	-	405.429
P.M. Bataguassu.....	-	-	2.000	(2.000)
Estado do MS.....	-	-	50.000	(50.000)
Soma	(583.247)	988.676	52.000	353.429
Possível				
Ambiental.....	-	869.901	-	-
Cível.....	-	34.159	-	-
Soma	-	904.060	-	-
Remota				
Ambiental.....	-	332.132	-	-
Total	(583.247)	2.224.868	52.000	353.429

A redução no saldo do ativo imobilizado é decorrente da depreciação do exercício de 2018 em contraposição à reversão de parte de provisão para ajuste ao valor recuperável (*impairment*) da usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera).

O aumento do passivo circulante é decorrente do registro de dividendos propostos.

A redução verificada no passivo circulante, na rubrica Outras Obrigações é decorrente do pagamento de decisão judicial para o pagamento de processo de natureza trabalhista sobre periculosidade.

O aumento verificado no passivo não circulante, na rubrica Outras Obrigações é decorrente do acordo judicial com o Ministério Público e Prefeituras do Estado de Mato Grosso do Sul, com o registro de obrigação de R\$ 50 milhões para pagamento em 10 anos ao Estado do Mato Grosso do Sul, conforme quadro sobre os reflexos do acordo, apresentado acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2017

Apresentamos abaixo os saldos das contas de resultado de 2017 e respectivas variações:

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Valores em milhares de Reais)

	2017	Reapresentado 2016	Var %
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	1.476.615	1.668.590	-11,5%
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Custo com energia elétrica.....	(816.182)	(395.989)	106,1%
Custo com operação.....	(368.757)	(393.876)	-6,4%
	(1.184.939)	(789.865)	50,0%
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO.....	291.676	878.725	-66,8%
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas.....	(182.667)	(196.175)	-6,9%
Outras despesas operacionais.....	(203.054)	(318.417)	-36,2%
Outras (despesas) receitas líquidas.....	(23.802)	(90.566)	-73,7%
	(409.523)	(605.158)	-32,3%
LUCRO / (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO.....	(117.847)	273.567	-143,1%
Receitas financeiras.....	184.439	422.934	-56,4%
Despesas financeiras.....	(133.596)	(205.247)	-34,9%
RESULTADO FINANCEIRO.....	50.843	217.687	-76,6%
LUCRO / (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	(67.004)	491.254	-113,6%
Imposto de renda - corrente.....	-	(28.864)	-100,0%
Contribuição social - corrente.....	-	(13.576)	-100,0%
Imposto de renda diferido.....	(71.102)	(71.391)	-0,4%
Contribuição social diferida.....	(30.422)	(26.549)	14,6%
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social.....	(101.524)	(140.380)	-27,7%
LUCRO LÍQUIDO / (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO.....	(168.528)	350.874	-148,0%
Lucro / (Prejuízo) básico e diluído por ação.....	(0,51)	1,07	-148,0%

Conforme comentado no item 10.4(a), a Companhia, de forma voluntária, alterou a sua prática contábil e passou a atualizar o saldo de depósitos judiciais em 2017, com efeitos retroativos. Nas demonstrações financeiras de 2017, os impactos da atualização do saldo de depósitos judiciais até 2015 foram contabilizados no ativo em contrapartida do patrimônio líquido, líquido dos impostos diferidos. Para a comparabilidade com o resultado de 2017, o montante de atualização do saldo de depósitos judiciais referente ao exercício de 2016 foi contabilizado no ativo em contrapartida do resultado financeiro. Adicionalmente, foram registrados os impostos diferidos do exercício de 2016.

As receitas operacionais de 2017 alcançaram R\$ 1.749,9 milhões, com redução de 14,8% em relação ao exercício de 2016, resultado principalmente do término, no segundo semestre de 2016, do período de “operação assistida” das usinas Ilha Solteira e Jupia, no regime de cotas.

As deduções à receita operacional totalizaram R\$ 273,3 milhões, com redução de 28,9% em relação a 2016, resultando na Receita Operacional Líquida de R\$ 1.476,6 milhões, com decréscimo de 11,5% sobre 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O Custo do Serviço de Energia Elétrica totalizou R\$ 1.184,9 milhões, aumento de 50% em relação a 2016, segmentado nos itens Custo com Energia Elétrica e Custo com Operação.

O Custo com Energia Elétrica aumentou 106,1% em relação a 2016, decorrente do efeito líquido da redução em encargos setoriais (inclui encargo do sistema de transmissão) em contraposição ao incremento verificado em energia elétrica comprada na CCEE decorrente do impacto do GSF – Generation Scaling Factor e dos altos Preços de Liquidação de Diferenças - PLD.

O Custo com Operação reduziu-se 6,4% em relação a 2016, principalmente em decorrência da diminuição das despesas com pessoal, material e serviços de terceiros.

A CESP registrou Lucro Operacional Bruto de R\$ 291,7 milhões no exercício de 2017, representando redução de 66,8% em relação ao exercício anterior.

As Despesas Gerais e Administrativas e as Outras Despesas Operacionais reduziram-se em 6,9% e 36,2%, respectivamente, principalmente pela reversão de *impairment* ocorrida na UHE Engenheiro Sérgio Motta em contraposição ao aumento em provisões para riscos legais.

As Outras (Despesas) Receitas Líquidas tiveram redução de 73,7% em relação a 2016 e encerraram 2017 em R\$ 23,8 milhões negativos.

Como consequência dos fatos comentados, a CESP registrou um Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro de R\$ 117,8 milhões, ante um lucro de R\$ 273,6 milhões em 2016.

O EBITDA Ajustado pelas provisões para riscos legais e pela reversão de *impairment* totalizou R\$ 388,8 milhões, representando redução de 57,2%, quando comparado ao exercício anterior.

O Resultado Financeiro alcançou R\$ 50,8 milhões positivos (contra R\$ 217,7 milhões positivos em 2016). As Receitas Financeiras tiveram redução de 56,4% em relação a 2016, e alcançaram R\$ 184,4 milhões, principalmente em virtude da redução da receita com variações cambiais.

Os Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras ficaram em linha, com um incremento de 0,9% em relação a 2016, totalizando R\$ 75,3 milhões. As Variações Monetárias encerraram o exercício em R\$ 1,2 milhões negativos (decréscimo de 95,3% em relação a 2016). As Variações Cambiais alcançaram R\$ 57,2 milhões negativos, ante despesa de R\$ 106 milhões no ano anterior.

A Companhia registrou Prejuízo antes dos Impostos de R\$ 67 milhões. Após a apropriação do Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro fiscal tributável e os impostos diferidos, a Companhia apurou Prejuízo de R\$ 168,5 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Apresentamos abaixo os saldos das contas patrimoniais de 2017 e respectivas variações:

BALANÇO PATRIMONIAL							
(Valores em milhares de reais)							
	31.12.2017	AV %	AH %	Reapresentado			
				31.12.2016	AV %	AH %	01.01.2016
ATIVO							
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa.....	310.536	3%	-38%	504.029	4%	-8%	548.553
Valores a receber.....	196.465	2%	19%	165.141	1%	-51%	339.567
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	60.995	1%	-22%	77.702	1%	1734%	4.236
Despesas pagas antecipadamente.....	15.763	0%	-2%	16.086	0%	-36%	25.166
Outros créditos.....	93.502	1%	32%	70.576	1%	-8%	76.626
	<u>677.261</u>	<u>6%</u>	<u>-19%</u>	<u>833.534</u>	<u>7%</u>	<u>-16%</u>	<u>994.148</u>
NÃO CIRCULANTE							
Cauções e depósitos vinculados.....	1.262.028	11%	0%	1.266.077	11%	5%	1.206.551
Imposto de renda e contribuição social diferidos...	583.165	5%	-15%	684.689	6%	-13%	782.629
Almoxarifado.....	3.584	0%	-49%	6.977	0%	-75%	28.467
Despesas pagas antecipadamente.....	22.532	0%	-40%	37.554	0%	-29%	52.575
Outros créditos.....	1.478	0%	-22%	1.885	0%	-41%	3.204
	<u>1.872.787</u>	<u>17%</u>	<u>-6%</u>	<u>1.997.182</u>	<u>17%</u>	<u>-4%</u>	<u>2.073.426</u>
Ativo intangível.....	39.860	0%	-1%	40.388	0%	0%	40.544
Ativo disponível para reversão.....	6.337.256	57%	0%	6.337.256	55%	0%	6.337.256
Provisão ativo disponível para reversão.....	(4.387.826)	-39%	0%	(4.387.826)	-38%	0%	(4.387.826)
Imobilizado.....	6.592.199	59%	-3%	6.792.269	58%	-4%	7.075.954
	<u>8.581.489</u>	<u>77%</u>	<u>-2%</u>	<u>8.782.087</u>	<u>76%</u>	<u>-3%</u>	<u>9.065.928</u>
	<u>10.454.276</u>	<u>94%</u>	<u>-3%</u>	<u>10.779.269</u>	<u>93%</u>	<u>-3%</u>	<u>11.139.354</u>
TOTAL DO ATIVO.....	<u>11.131.537</u>	<u>100%</u>	<u>-4%</u>	<u>11.612.803</u>	<u>100%</u>	<u>-4%</u>	<u>12.133.502</u>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**BALANÇO PATRIMONIAL**
(Valores em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				Reapresentado			
	31.12.2017	AV %	AH %	31.12.2016	AV %	AH %	01.01.2016
CIRCULANTE							
Fornecedores.....	14.421	0%	37%	10.546	0%	-24%	13.925
Energia comprada para revenda.....	200.117	2%	1578%	11.924	0%	-84%	76.394
Empréstimos e financiamentos.....	204.532	2%	9%	186.817	2%	-10%	206.736
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC.....	-	0%	-100%	83.151	1%	-65%	237.618
Tributos e contribuições sociais.....	36.626	0%	74%	21.074	0%	-63%	56.586
Encargos setoriais.....	187.695	2%	-14%	217.907	2%	-31%	317.248
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	27.023	0%	-83%	156.167	1%	268%	42.463
Obrigações estimadas e folha de pagamento.....	23.136	0%	18%	19.588	0%	-37%	31.242
Outras obrigações.....	47.560	0%	-67%	145.216	1%	807%	16.012
	741.110	7%	-13%	852.390	7%	-15%	998.224
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos.....	184.152	2%	-52%	381.577	3%	-44%	675.973
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC.....	-	0%	0%	-	0%	-100%	71.704
Encargos setoriais.....	1.466	0%	-87%	11.192	0%	-46%	20.658
Provisão para riscos legais.....	2.950.766	27%	3%	2.874.295	25%	3%	2.790.081
Obrigações socioambientais.....	104.895	1%	34%	78.050	1%	-25%	103.750
Outras obrigações.....	34.583	0%	-53%	73.115	1%	167%	27.352
	3.275.862	29%	-4%	3.418.229	29%	-7%	3.689.518
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	5.975.433	54%	0%	5.975.433	51%	0%	5.975.433
Reservas de capital.....	1.929.098	17%	0%	1.929.098	17%	0%	1.929.098
Ajustes de avaliação patrimonial.....	(997.645)	-9%	-2%	(1.018.677)	-9%	-2%	(1.044.780)
Outros resultados abrangentes.....	(370.669)	-3%	10%	(337.258)	-3%	90%	(177.642)
Reservas de lucros	578.348	5%	-6%	612.941	5%	-3%	628.783
Lucros acumulados.....	-	0%	-100%	180.647	2%	34%	134.868
	7.114.565	64%	-3%	7.342.184	63%	-1%	7.445.760
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.131.537	100%	-4%	11.612.803	100%	-4%	12.133.502

Em 2017, a redução verificada em Caixa e equivalentes de caixa decorre, principalmente, do pagamento de dividendos relativos ao exercício de 2016 de R\$ 154,8 milhões e dos pagamentos decorrentes de compra de energia elétrica na CCEE.

A redução na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos decorre, principalmente, do estudo sobre o saldo de créditos fiscais com base em projeção do lucro fiscal tributável dos próximos 10 anos, em atendimento à Deliberação CVM nº 371/2000.

A redução no saldo do ativo imobilizado é decorrente da depreciação do exercício de 2017 em contraposição à reversão de parte de provisão para ajuste ao valor recuperável (*impairment*) da usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera).

O aumento do passivo circulante é decorrente do registro do aumento verificado na rubrica Energia Comprada para Revenda em contraposição à liquidação, em maio/2017 da dívida com o FIDC.

A redução verificada no passivo circulante, na rubrica Outras Obrigações é decorrente do pagamento de decisão judicial para o pagamento de processo de natureza trabalhista sobre periculosidade.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 - Resultado operacional e financeiro****a. Resultados das operações do emissor, em especial:****i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A receita operacional da Companhia decorre principalmente da venda de energia elétrica em contratos de longo prazo com diversas empresas distribuidoras de energia do país (ambiente de contratação regulada – leilões) e de fornecimento de energia a clientes consumidores livres e comercializadoras (ambiente de contratação livre), com oscilações nas quantidades físicas (MWh) e atualização de preços.

O faturamento da CESP, em 2018, foi de R\$ 1.924,7 milhões, representando um crescimento de 10,1% em relação ao faturamento de R\$ 1.749,9 milhões em 2017. Em 2016, foi de R\$ 2.052,8 milhões, conforme quadro a seguir, em R\$ mil:

Receita Operacional	2016	2017	2018
Fornecimento de energia elétrica	560.777	672.640	788.540
Suprimento de energia elétrica - Contratos	474.979	569.619	552.474
Suprimento de energia elétrica - Leilões	576.547	448.408	463.076
Energia elétrica de curto prazo	48.261	55.002	120.648
Suprimento de energia regime de cotas	385.342	1.016	-
Outras Receitas	6.875	3.275	2.581
TOTAL	2.052.781	1.749.960	1.924.738

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.**Em 2018**

A garantia física bruta da CESP no ano de 2018 foi de 1.002,6 MW médios, comercializados (i) no ACR, com 32 empresas distribuidoras e (ii) no ACL, com 5 clientes livres e 3 comercializadoras. As diferenças entre a energia produzida, a garantia física e a energia contratada foram contabilizadas e liquidadas na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

As receitas operacionais de 2018 alcançaram R\$ 1.927,3 milhões, com aumento de 10,1% em relação ao exercício de 2017, resultado, principalmente, do crescimento de 17,2% nas vendas no ambiente de contratação livre e de 119,3% no faturamento de energia disponível comercializados no âmbito da CCEE.

As deduções à receita operacional totalizaram R\$ 293,2 milhões, com aumento de 7,3% em relação a 2017, resultando na Receita Operacional Líquida de R\$ 1.634,1 milhões, com acréscimo de 10,7% sobre 2017.

O Custo do Serviço de Energia Elétrica totalizou R\$ 1.242,6 milhões, aumento de 4,9%, segmentado nos itens Custo com Energia Elétrica e Custo com Operação.

O Custo com Energia Elétrica aumentou 6,1%, decorrente, principalmente, do incremento verificado em energia elétrica comprada para revenda em contratos bilaterais, em decorrência do impacto do GSF e dos altos Preços de Liquidação de Diferenças – PLD.

O Custo com Operação cresceu 2,1% em relação a 2017, e encerrou 2018 em R\$ 376,5 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A CESP registrou Lucro Operacional Bruto de R\$ 391,5 milhões no exercício de 2018, representando aumento de 34,2% em relação ao exercício anterior.

As Despesas Gerais e Administrativas reduziram em 5,9%, principalmente pela redução nas despesas de serviços com terceiros, enquanto as Outras Despesas Operacionais apresentaram-se positivas em R\$ 112,1 milhões, (negativas em R\$ 203,1 milhões em 2017), principalmente, em face da reversão de provisões para riscos legais de natureza ambiental, decorrente do acordo judicial realizado em 30.06.2018 com o Ministério Público e Prefeituras do Estado de Mato Grosso do Sul, que superou o montante da provisão com a atualização de 2018, bem como pela redução no valor da reversão de provisão para ajuste ao valor recuperável (impairment) de R\$ 62,6 milhões em 2018 (R\$ 163,6 milhões em 2017).

As Outras (Despesas) Receitas Líquidas tiveram incremento de 44,3%, principalmente, pelo registro de despesa com o acordo judicial realizado em 30.06.2018 com o Ministério Público e Prefeituras do Estado de Mato Grosso do Sul, em contraposição à reversão de provisões para compromissos socioambientais (Nota 28.2).

Assim, a CESP registrou um Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro de R\$ 297,4 milhões, ante prejuízo de R\$ 117,8 milhões em 2017.

O EBITDA Ajustado pelas provisões para riscos legais totalizou R\$ 502,7 milhões, representando crescimento de 29,3%, quando comparado ao exercício anterior, conforme adiante demonstrado.

O Resultado Financeiro alcançou R\$ 13,1 milhões negativos (R\$ 50,8 milhões positivos em 2017). As Receitas Financeiras tiveram redução de 26,3%, e alcançaram R\$ 136 milhões, principalmente, em virtude da redução nos rendimentos de aplicações financeiras e da atualização do saldo de depósitos judiciais. Os Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras reduziram-se em 51,6%, totalizando R\$ 36,4 milhões. A despesa com Variações Monetárias e Cambiais alcançaram R\$ 112,7 milhões negativos (R\$ 58,3 milhões negativos no ano anterior).

A Companhia registrou Lucro antes dos Impostos de R\$ 284,3 milhões. Após a apropriação do Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro fiscal tributável e os impostos diferidos, a Companhia apurou um Lucro líquido de R\$ 294,4 milhões.

Em 2017

A garantia física bruta da CESP no ano de 2017 foi de 1.056,6 MW médios e comercializada (i) no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, com 33 empresas distribuidoras e (ii) no Ambiente de Contratação Livre – ACL, com 5 clientes livres e 4 comercializadoras. As diferenças entre a energia produzida, a garantia física e a energia contratada foram contabilizadas e liquidadas na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Durante o ano de 2017, o lastro de energia para fins de comercialização foi de 1.058 MW médios. Grande parte dessa garantia física foi comercializada no Ambiente de Contratação Livre - ACL (78,3% dos contratos) por meio de contratos de venda de energia, além dos volumes comercializados no Ambiente de Contratação Regulada - ACR (21,7% dos contratos), representando um aumento de 2,6% em relação ao ano de 2016.

Por conta do agravamento da situação hidrológica, A CESP aderiu ao acordo de repactuação desse risco hidrológico, instituído pela Lei nº 13.203, de 08/12/2015 e regulamentado pela Resolução Normativa ANEEL nº 684, de 11/12/2015. Com isso, foram transferidos para os consumidores os efeitos decorrentes do risco hidrológico no montante de 230 MW médios da garantia física da Companhia, contratados no ambiente

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

regulado para o ano de 2017, mediante o pagamento de um prêmio de risco. A repactuação contempla toda energia contratada no ambiente regulado durante o período de concessão.

Da mesma forma, em 2017, as condições hidrológicas desfavoráveis também em 2017, fizeram com que as usinas hidrelétricas do MRE – Mecanismo de Realocação de Energia fossem despachadas abaixo de suas garantias físicas durante grande parte do ano, resultando no fator a ocorrência do denominado GSF – Generation Scaling Factor, inferior a 1, condição em que os geradores do MRE arcam com o déficit entre geração e garantia física, valorado ao PLD – Preço de Liquidação das Diferenças.

Nesse contexto, a CESP foi impactada em 205 MW médios, que representaram um custo adicional de R\$ 627 milhões.

As receitas operacionais de 2017 alcançaram R\$ 1.749,9 milhões, com redução de 14,8% em relação ao exercício de 2016, resultado principalmente do término, no segundo semestre de 2016, do período de “operação assistida” das usinas Ilha Solteira e Jupia, no regime de cotas.

As deduções à receita operacional totalizaram R\$ 273,3 milhões, com redução de 28,9% em relação a 2016, resultando na Receita Operacional Líquida de R\$ 1.476,6 milhões, com decréscimo de 11,5% sobre 2016.

A produção das usinas da CESP em 2017, observando o comando do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, mais uma vez foi impactada pelo período de escassez hidrológica, exigindo que o ONS despachasse volume expressivo de energia de origem térmica, em prejuízo da produção hidráulica. O fator GSF – “*Generation Scaling Factor*”, que mede a relação entre a produção efetiva das usinas hidráulicas em relação à sua garantia física, registrou 79,3% em 2017 (86,9% em 2016), resultando em despesas de compra de energia à Companhia.

O Custo do Serviço de Energia Elétrica totalizou R\$ 1.184,9 milhões, aumento de 50%, segmentado nos itens Custo com Energia Elétrica e Custo com Operação.

O Custo com Energia Elétrica aumentou 106,1%, decorrente do efeito líquido da redução em encargos setoriais (inclui encargo do sistema de transmissão) em contraposição ao incremento verificado em energia elétrica comprada na CCEE decorrente do impacto do GSF – Generation Scaling Factor e dos altos Preços de Liquidação de Diferenças - PLD.

O Custo com Operação reduziu-se 6,4%, principalmente em decorrência da diminuição das despesas com pessoal, material e serviços de terceiros.

A CESP registrou Lucro Operacional Bruto de R\$ 291,7 milhões no exercício de 2017, representando redução de 66,8% em relação ao exercício anterior.

As Despesas Gerais e Administrativas e as Outras Despesas Operacionais reduziram-se em 6,9% e 36,2%, principalmente, pela reversão de impairment ocorrida na UHE Engº Sérgio Motta em contraposição ao aumento em provisões para riscos legais.

As Outras (Despesas) Receitas Líquidas tiveram redução de 73,7% e encerraram 2017 em R\$ 23,8 milhões negativos.

Como consequência dos fatos comentados, a CESP registrou um Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro de R\$ 117,8 milhões, ante lucro de R\$ 273,6 milhões em 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O EBITDA Ajustado pelas provisões para riscos legais e pela reversão de impairment totalizou R\$ 388,8 milhões, representando redução de 57,2%, quando comparado ao exercício anterior.

O Resultado Financeiro alcançou R\$ 50,8 milhões positivos (R\$ 217,7 milhões positivos em 2016). As Receitas Financeiras tiveram redução de 56,4%, e alcançaram R\$ 184,4 milhões, principalmente, em virtude da redução da receita com variações cambiais. Os Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras ficaram em linha, com um incremento de 0,9%, totalizando R\$ 75,3 milhões. As Variações Monetárias encerraram o exercício em R\$ 1,2 milhões negativos (decréscimo de 95,3%). As Variações Cambiais alcançaram R\$ 57,2 milhões negativos, ante despesa de R\$ 106 milhões no ano anterior.

A Companhia registrou Prejuízo antes dos Impostos de R\$ 67 milhões. Após a apropriação do Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro fiscal tributável e os impostos diferidos, a Companhia apurou um Prejuízo de R\$ 168,5 milhões.

Em 2016

A Companhia passou a registrar desde o fim das concessões de Ilha Solteira e Jupia, temporariamente, dois tipos de receita: (i) a receita tradicional como geradora, baseada nos preços e quantidades de energia vendida nos ambientes livre, regulado e na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE; e (ii) a receita transitória como operadora, decorrente da venda de energia para o mercado regulado, pelo Regime de Cotas, referente às usinas Ilha Solteira e Jupia, fato ocorrido desde 07 de julho de 2015 até 30 de junho de 2016.

Em 2016 a Companhia continuou sendo impactada negativamente pela deterioração da situação hídrica do país, que levou o GSF (Generation Scaling Factor) a uma média anual de 0,869, que refletindo na redução da garantia física de geradores hidráulicos do país inclusive para a CESP.

Nestes termos, as receitas operacionais de 2016 alcançaram R\$ 2.052,8 milhões, com redução de 41,8% em relação a 2015, resultado decorrente, principalmente, do término das concessões das usinas Ilha Solteira e Jupia, dos efeitos do GSF e do término de contratos nos mercados livre e regulado.

As deduções à receita operacional totalizaram R\$ 384,2 milhões, redução de 33,2% em relação a 2015, resultando na Receita Operacional Líquida de R\$ 1.668,6 milhões, com decréscimo de 43,5% sobre 2015.

O Custo do Serviço de Energia Elétrica totalizou R\$ 785,0 milhões, redução de 44,7% em comparação com o exercício de 2015, segmentado nos itens Custo com Energia Elétrica e Custo com Operação.

O Custo com Energia Elétrica reduziu, principalmente, devido à redução da rubrica Energia Elétrica Comprada para Revenda pontual em 2015, para o equilíbrio do balanço energético do exercício após o término das concessões das usinas Ilha Solteira e Jupia, e redução em Encargos do Sistema de Transmissão com o fim da operação assistida de Ilha Solteira e Jupia em junho de 2016.

O Custo com Operação reduziu-se em 34,7%, principalmente em função da: (i) diminuição da despesa com depreciação pelo término da exploração econômica das usinas Ilha Solteira e Jupia (apropriada até junho de 2015); (ii) redução de despesas com a transferência pessoal de Ilha Solteira e Jupia para o novo operador; (iii) redução nas rubricas de Materiais e Serviços de Terceiros.

A CESP registrou Lucro Operacional Bruto de R\$ 883,6 milhões no exercício de 2016, representando redução de 42,3% em relação ao exercício anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

As Despesas Gerais e Administrativas reduziu-se em 9,1% e as Outras Despesas Operacionais aumentaram 35,9% pelo maior registro em provisões para riscos legais de natureza trabalhista e ações cíveis

As Outras (Despesas) Receitas Líquidas reduziu 85,7% em relação a 2015, que incluía Provisão não recorrente de Ativo Contingente no valor de R\$ 580,8 milhões, referente às Usinas Ilha Solteira e Jupiá. Assim em 2016, o Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro totalizou R\$ 282,2 milhões, 37,2% abaixo do resultado de 2015.

O EBITDA Ajustado pelas provisões para riscos legais, totalizou R\$ 911,7 milhões, representando redução de 47,6% quando comparado ao exercício anterior.

O Resultado Financeiro registrou R\$ 135,2 milhões positivos (R\$ 358,7 milhões negativos em 2015, Nota 28). As Receitas Financeiras tiveram redução de 38,7% e alcançaram R\$ 101,1 milhões, principalmente, pela diminuição em rendimentos de aplicações financeiras pela redução das disponibilidades e aplicações. Os Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras registraram redução de 51,3%, totalizando R\$ 74,6 milhões, refletindo a redução do endividamento em moeda nacional, assim como as Variações Monetárias líquidas, que encerraram o exercício em R\$ 24,7 milhões (decrécimo de 58,9%). As Variações Cambiais líquidas alcançaram R\$ 133,3 milhões positivos, decorrentes da valorização de 16,5% do Real frente ao Dólar norte-americano ante despesa de R\$ 310,5 milhões no ano anterior.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A Companhia possui contratos de suprimento (venda a Revendedores) e fornecimento de energia elétrica (venda a Consumidores Livres) de longo prazo, a maior parte indexada ao Índice de Preços ao Consumidor – IPC-A e sofre a variação desse indicador.

Em 2018, o faturamento da CESP foi de R\$ 1.924,7 milhões, crescimento de 10,1% em relação ao faturamento de R\$ 1.749,9 milhões em 2017.

Em 2017, a CESP comercializou em contratos 1.058 MW médios, o que significou um aumento de 2,6% em relação ao ano de 2016, decorrente, principalmente pelo término da operação assistida das usinas Ilha Solteira e Jupiá pelo regime de cotas, em 30 de junho de 2016. Contribuíram para esse resultado a adequação da carteira de contratos da Companhia, juntamente com as condições do mercado e condições hidrológicas do sistema.

As condições hidrológicas desfavoráveis fizeram com que as usinas hidrelétricas do MRE – Mecanismo de Realocação de Energia fossem despachadas de modo a gerar abaixo de suas garantias físicas durante grande parte do ano, fenômeno representado comercialmente pelo GSF – *Generation Scaling Factor*. Com isso, os geradores do MRE arcaram com o déficit entre geração e garantia física, que é valorado ao PLD – Preço de Liquidação das Diferenças.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e taxas de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Em 2018, a desvalorização do Real foi de 17,1% em relação ao Dólar Norte-americano, impactando o Resultado financeiro pela apropriação de despesa de variações cambiais em R\$ 52,4 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2017, a desvalorização do Real foi de 1,5% em relação ao Dólar Norte-americano, impactando o Resultado financeiro pela apropriação de despesa de variações cambiais em R\$ 2 milhões.

Em 2016, a valorização do Real foi de 16,5% em relação ao Dólar Norte-americano, impactando o Resultado financeiro pela apropriação de receita de variações cambiais em R\$ 133,3 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras****a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Nos últimos três exercícios sociais não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

c. eventos ou operações não usuais

Em 2018, foi celebrado acordo judicial com o Ministério Público e Prefeituras do Estado de Mato Grosso do Sul, cujos reflexos estão informados no item 10.1 - h.

Em 2017, conforme comentado no item 10.4(a), a Companhia, de forma voluntária, alterou a sua prática contábil e passou a atualizar o saldo de depósitos judiciais em 2017, com efeitos retroativos. Nas demonstrações financeiras de 2017, os impactos da atualização do saldo de depósitos judiciais até 2015 foram contabilizados no ativo em contrapartida do patrimônio líquido, líquido dos impostos diferidos. Para a comparabilidade com o resultado de 2017, o montante de atualização do saldo de depósitos judiciais referente o exercício de 2016 foi contabilizado no ativo em contrapartida do resultado financeiro, bem como, foram registrados os impostos diferidos do exercício de 2016.

Em 2017 também houve o registro de reversão parcial de *impairment* relativo a exercícios anteriores, principalmente relacionado à UHE Engenheiro Sérgio Mota (Porto Primavera), conforme comentado no item 10.1(h).

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor****a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Em 2018 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis em relação às adotadas em 2017.

Em 2017 a Companhia, de forma voluntária, alterou a sua prática contábil e passou a atualizar o saldo de depósitos judiciais com efeitos retroativos, em conformidade com o item 14(a) do Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nas demonstrações financeiras de 2017, os impactos da atualização do saldo de depósitos judiciais até 2015 foram contabilizados no ativo em contrapartida do patrimônio líquido, líquido dos impostos diferidos.

Para a comparabilidade com o resultado de 2017, o montante de atualização do saldo de depósitos judiciais referente ao exercício de 2016 foi contabilizado no ativo em contrapartida do resultado financeiro. Adicionalmente, foram registrados os impostos diferidos de 2016.

No exercício de 2016 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis em relação às adotadas pela Companhia em 2015.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

As mudanças nas práticas contábeis ocorridas durante o exercício social de 2018 não tiveram efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Os impactos da atualização no exercício de 2017 indicada no item 10.4 (a) acima estão abaixo resumidos:

(Em R\$ mil)					
Ano	Ativo	Patrimônio		Resultado	Líquido
		Líquido	Diferidos		
2015	255.301	156.628	98.673	-	156.628
2016	82.484	-	31.881	78.648	50.603
Soma	337.785	156.628	130.554	78.648	207.231
2017	73.002	-	28.216	69.607	44.786
Total	410.787	156.628	158.770	148.255	252.017

No exercício de 2016, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia.

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor.

Não estão presentes ressalvas no relatório do auditor nos últimos 5 exercícios.

O relatório dos auditores independentes referente às Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, contém a seguinte ênfase:

“Ativo disponível para reversão

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14 às demonstrações contábeis, a Companhia possui reconhecido o montante de R\$1.949.430 mil na Rubrica “Ativo disponível para reversão”, líquido de provisão, no qual o montante de R\$232.068 mil é decorrente de melhorias realizadas nos ativos de concessão das Usinas de Jupia e Ilha Solteira para as quais a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 596/2013, que trata da definição de critérios para fins de indenização, bem como o montante de R\$1.717.362 mil que refere-se a indenização da Usina de Três Irmãos, cujo montante foi definido pela Portaria Interministerial Nº 129, em 27 de março de 2014, publicado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e o Ministério da Fazenda (MF), cujo valor base é de junho de 2012. A Companhia pleiteia na justiça a determinação dos montantes dos ativos indenizáveis e formas de recebimento. Nosso relatório não contém modificação sobre esse assunto.”

O auditor independente incluiu parágrafo de ênfase com relação a “Ativo disponível para reversão” em decorrência das discussões judiciais, relativos aos processos indenizatórios das usinas Três Irmãos, Ilha Solteira e Jupia, cujos montantes registrados pela Companhia são aqueles informados em Portarias Interministeriais da União como devidos à CESP, bem como pelos documentos apresentados pela Companhia, nos termos da resolução ANEEL nº 596/2013, que tratou do pleito relativo às modernizações e melhorias implementadas nas usinas Ilha Solteira e Jupia. Os montantes finais a serem indenizados à CESP dependerão do desfecho dos processos judiciais, bem como do posicionamento da ANEEL com relação à resolução nº 596/2013.

O relatório dos auditores independentes referente às Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, contém as seguintes ênfases:

“Ativo disponível para reversão

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15 às demonstrações contábeis, a Companhia possui reconhecido o montante de R\$1.949.430 mil na Rubrica “Ativo disponível para reversão”, líquido de provisão, no qual o montante de R\$232.068 mil é decorrente de melhorias realizadas nos ativos de concessão das Usinas de Jupia e Ilha Solteira para as quais a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 596/2013, que trata da definição de critérios para fins de indenização, bem como o montante de R\$1.717.362 mil que refere-se a indenização da Usina de Três Irmãos, cujo montante foi definido pela Portaria Interministerial Nº 129, em 27 de março de 2014, publicado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e o Ministério da Fazenda (MF), cujo valor base é de junho de 2012. A Companhia pleiteia na justiça a determinação dos montantes dos ativos indenizáveis e formas de recebimento. Nosso relatório não contém modificação sobre esse assunto.”

O auditor independente incluiu parágrafo de ênfase com relação a “Ativo disponível para reversão” em decorrência das discussões judiciais, relativos aos processos indenizatórios das usinas Três Irmãos, Ilha Solteira e Jupia, cujos montantes registrados pela Companhia são aqueles informados em Portarias Interministeriais da União como devidos à CESP, bem como pelos documentos apresentados pela Companhia, nos termos da resolução ANEEL nº 596/2013, que tratou do pleito relativo às modernizações e melhorias implementadas nas usinas Ilha Solteira e Jupia. Os montantes finais a serem indenizados à CESP dependerão do desfecho dos processos judiciais, bem como do posicionamento da ANEEL com relação à resolução nº 596/2013.

“Reapresentação das demonstrações contábeis anteriores

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, as divulgações e valores correspondentes às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir os efeitos de alteração da prática contábil e classificação contábil no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados (informação suplementar) para o exercício findo nessa data, e no aprimoramento de divulgação em notas explicativas, com o objetivo de demonstrar comparabilidade e consistência das informações contábeis da Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.”

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

O auditor independente incluiu parágrafo de ênfase com relação a “Reapresentação das demonstrações contábeis anteriores” em decorrência do contido na Nota Explicativa nº 2 das Demonstrações Financeiras de 2017, que tratou de reclassificações/alterações para melhor apresentar a situação econômico-financeira a Companhia, cujos reflexos em 2016 tiveram que ser reapresentados para fins de comparação.

Adicionalmente, foram explicitados os efeitos retrospectivos da mudança de prática contábil implementada em 2017, no que se refere a atualização do saldo de depósitos judiciais.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas – provisões, contingências, reconhecimento de receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custo de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Parcela representativa das demonstrações financeiras é apurada e registrada com base em taxas de câmbio, preços, índices de atualização e taxas de juros.

Para apuração e registro de créditos fiscais, são elaboradas as melhores estimativas da Administração, com as correspondentes projeções de resultados para fins de determinação do valor presente do lucro tributável futuro, no horizonte exigido de 10 anos (Instrução CVM nº 371/2002), que determina o montante a ser reconhecido.

No caso de estimativas para o registro de valores, estas se resumem à Provisão para Riscos Legais, que são periodicamente revisadas pelo Departamento Jurídico interno (e por assessores jurídicos externos, quando julgado necessário), quanto a valores pleiteados e grau de risco de perda “remoto”, “possível” e “provável”, para fins de reconhecimento e/ou divulgação em nota explicativa de ITRs ou DFs.

No caso de Plano de Pensão, o ganho ou perda calculado por atuário independente é reconhecido imediatamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros Resultados Abrangentes, com base em relatório atuarial elaborado por atuário independente, em atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012.

No teste do valor recuperável dos ativos – o ativo imobilizado e intangível são avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, esta é reconhecida no resultado do exercício.

A metodologia de cálculo é como segue:

- Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina (Unidade Geradora de Caixa – UGC), considerado como o menor nível de geração de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente de cada uma das concessões detidas pela Companhia, sem incluir eventual período de prorrogação ou renovação das usinas de Paraibuna e Jaguari. No caso da usina de Porto Primavera no teste de 2018 já foram adotadas as condições do novo contrato de concessão até 2048 prestes a ser assinado, bem como considerando o pagamento e amortização da Outorga e Utilização do Bem Público (UBP).
- Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final das concessões, descontado a valor presente. A Administração adotou como premissa, apenas para fins contábeis, que o valor de indenização mínimo a ser recebido da União Federal, no processo de reversão dos bens, será o valor residual dos bens apurado pelo custo atribuído, e depreciado até a data do vencimento da concessão das usinas de Paraibuna e Jaguari. No caso da usina de Porto Primavera o novo contrato de concessão não prevê indenização ao final da concessão.

Transações envolvendo a compra e venda de energia no âmbito da CCEE - os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa preparada pela Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
 - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
 - iv. contratos de construção não terminada
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável, tendo em vista que todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras do exercício social de 2018 ou comentadas em suas notas explicativas, de modo que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía créditos fiscais totais (nominais) no montante de R\$ 3.119.447 mil correspondentes a prejuízos fiscais, base negativa de imposto de renda e contribuição social, diferenças temporárias, ajuste do imobilizado – custo atribuído (ICPC 10), variações cambiais líquidas sobre empréstimos e atualização de saldo de depósitos judiciais.

Nesse contexto, foi constituída provisão de R\$ 2.540.221 mil, pois os referidos créditos somente podem ser registrados, suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração da Companhia e revisados para os próximos 10 anos. Há mais informações sobre os créditos fiscais na Nota Explicativa N° 12 das Demonstrações Contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

- a. Itens que alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b. natureza e o propósito da operação
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Conforme comentado no item 10.6 e respectivas alíneas, todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou apresentadas nas notas explicativas.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Os investimentos realizados nos últimos anos visaram sobretudo ao programa de manutenção do parque gerador, incluindo melhorias e modernização dos equipamentos. O valor investido no ativo imobilizado e intangível em 2018 foi de R\$ 16.089 mil.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos.

A Companhia dispõe de recursos próprios para aplicação em projetos, nos quais pretende ter participação minoritária. Dependendo dos projetos, estes poderão ser financiados por instituições financeiras privadas e governamentais, geralmente da ordem de até 70%.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

A CESP iniciou o ano de 2013 sob os efeitos da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012 (posteriormente convertida na Lei nº 12.783, de 14/01/2013). Por esta Medida Provisória o Governo Federal, na condição de Poder Concedente, ofereceu à CESP a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das usinas de Ilha Solteira e Jupia, vencíveis em 2015, desde que aceitas determinadas condições de comercialização da energia dessas usinas. Adicionalmente, o mesmo tratamento foi estendido para a Usina Três Irmãos, cujo vencimento do primeiro período de concessão havia ocorrido em novembro de 2011.

Os acionistas da CESP, reunidos em assembleia realizada em 03 de dezembro de 2012, decidiram pela não renovação das concessões na forma oferecida pela MP. Com essa decisão, a CESP continuará a operar as Usinas de Ilha Solteira e Jupia até o termo final da concessão, o que se dará em julho de 2015.

Poder Concedente tomou providências no sentido de reverter a concessão da UHE Três Irmãos a favor da União, passando a operá-la temporária e provisoriamente no regime de cotas em 18 de abril de 2013.

Em 28 de março de 2014 ocorreu o leilão para definição do novo operador da UHE Três Irmãos. O objeto do certame foi apenas a usina; o Canal de Pereira Barreto e as eclusas ficaram fora da disputa. A licitação foi vencida pelo Consórcio Novo Oriente, composto por um fundo de investimentos e Furnas.

Nos termos do Contrato de Concessão da CESP, extinta a concessão, a Companhia tem direito de ser indenizada pelos ativos ainda não amortizados.

Em 27 de março de 2014, o Ministério das Minas e Energia – MME, em conjunto com o Ministério da Fazenda – MF, publicou a Portaria Interministerial nº 129, definindo o valor da indenização para a UHE Três Irmãos em R\$ 1.717.362 e o respectivo pagamento em parcelas mensais, no prazo de 7 anos e carência mínima de 90 dias para efetuar o primeiro pagamento. Condição também ao envio pela CESP de declaração constante no Anexo I da Portaria para recebimento da indenização. No entanto, o envio da declaração implicaria no reconhecimento, por parte da Companhia, de que o valor de indenização estabelecido no Anexo I era suficiente para a cobertura do montante da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

depreciados, não restando quaisquer valores a pleitear com relação à concessão nele indicada ou à forma de recebimento da indenização de que tratava esta Portaria.

Em 7 de abril de 2014 a Companhia enviou ofício para o Ministério das Minas e Energia – MME, manifestando OPOSIÇÃO à Portaria Interministerial nº 129/MME/MF em relação a (i) o valor de indenização a ser paga referente à UHE Três Irmãos; (ii) o pagamento da indenização em parcelas mensais, a ser efetuado no prazo de 7 anos; e (iii) o dever de firmar declaração que implica em reconhecimento, por parte da CESP, de que o valor estabelecido na Portaria é suficiente para a cobertura do montante da parcela de investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, não restando quaisquer valores a pleitear com relação à concessão ou à forma de recebimento da indenização.

Em 9 de julho de 2014, a Companhia ingressou na Justiça Federal, em Brasília, com Ação de Procedimento Ordinário com Pedido de Tutela Antecipada, em face da União, pleiteando o recebimento de indenização pelos investimentos ainda não amortizados, em vista da reversão dos bens e instalações da Usina Três Irmãos.

Em 10 de setembro de 2014, com interveniência do Fundo de Investimentos em Participações Constantinopla e de Furnas Centrais Elétricas S/A, a TIJOA Participações e Investimentos S/A assinou com o Ministério de Minas e Energia – MME, o contrato de concessão para geração de energia elétrica na Usina Hidrelétrica Três Irmãos, com 30 dias de operação assistida e com início de vigência em 10 de outubro de 2014, pelo prazo de 30 anos. Portanto, desde 10 de outubro de 2014, a responsabilidade pela concessão da UHE Três Irmãos é da TIJOA Participações.

Em 1º de outubro, a CESP assinou com a TIJOA Participações, contrato de prestação de serviços de operação e manutenção na UHE Três Irmãos e instalações associadas com prazo de duração de 6 meses, a contar do início da vigência em 10 de outubro de 2014, cujo objetivo foi viabilizar a assunção, pela TIJOA, da operação completa, de forma ordenada.

Ao final de 2014, tendo em vista que em 7 de julho de 2015 ocorreria o vencimento das concessões das UHE's Ilha Solteira e Jupia, foi, conforme determina o CPC nº 01, estimado o fluxo de caixa futuro das operações até o termo final das concessões. Considerando (i) que apenas em 27 de março de 2014, pela Portaria Interministerial nº 129 MME/MF, o Poder Concedente reafirmou o valor da indenização proposto para a UHE Três Irmãos, deixando evidente que não foram aceitos os argumentos da Companhia durante o processo de conciliação dos valores de indenização daquela usina, já que nos estudos da EPE não foram considerados custos sócio ambientais, eclusas e outros ativos; (ii) que, a Companhia estava apurando os valores que poderiam ser apresentados à ANEEL até 31 de dezembro de 2015, conforme definido pela Resolução Normativa ANEEL nº 596/2013, referentes aos acréscimos decorrentes de modernizações e melhorias realizadas e ainda não depreciadas, a que a Companhia tem direito; (iii) que a Companhia ainda não conhecia detalhes de como foram calculadas as indenizações e, embora solicitado, não havia recebido resposta ao requerimento formulado à EPE em 07 de maio de 2014, para disponibilização do cálculo/planilhas do valor a ser indenizado das usinas Ilha Solteira e Jupia; (iv) que não havia razoável certeza quanto ao recebimento de indenização por valores apurados de acordo com os princípios internacionais de contabilidade (deemed cost ou Valor Novo de Reposição Depreciado), e também quanto ao próprio valor das indenizações, a Administração, apenas para fins de cumprimento do CPC nº 01 e observando o princípio contábil da prudência, manteve na sua contabilidade, para as UHE's Ilha Solteira e Jupia, o valor de R\$ 998.716 mil, considerado como valor de recuperação na data de encerramento do exercício e composto pelo fluxo propiciado pelas operações e pelo valor existente na contabilidade regulatória, por entendê-lo incontroverso nos termos do Contrato de Concessão.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Desta maneira, a CESP procedeu à contabilização de Provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 1.997.296 registrado diretamente no resultado do exercício, na rubrica “outras despesas operacionais” (Nota 24.2 das Demonstrações Financeiras).

Em 01 de outubro de 2015, o MME – Ministério das Minas e Energia publicou a Portaria nº 458, que definiu o valor aproximado de R\$ 2 milhões como indenização para a UHE Ilha Solteira, referenciados a preços de junho de 2015. Em 9 de outubro de 2015, foi ajuizada pela CESP, ação indenizatória em face da União Federal, para o fim de que esta seja condenada a pagar à Companhia o montante devido a título de reversão dos bens e instalações vinculados à exploração da concessão da UHE de Ilha Solteira e da UHE de Jupia, considerado o custo histórico atualizado desses ativos de R\$ 1.561 milhões.

A Companhia entende que é seu direito receber o montante registrado, considerado o custo histórico atualizado, e continuará a discuti-lo judicialmente. Em atendimento ao CPC 25, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e em face da Resolução ANEEL nº 596/2013, a Companhia constituiu neste trimestre provisão para desvalorização das duas usinas (Ativo Contingente), no valor de R\$ 580 milhões ajustando o valor registrado até o desfecho da disputa judicial.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há operações de aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que já tenham sido divulgadas e que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços.

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A descrição das pesquisas em andamento encontra-se no subitem “iii” a seguir, juntamente com os nomes dos projetos e investimentos realizados. Tratam-se dos projetos de pesquisa e desenvolvimento em andamento no âmbito do Programa de P&D da ANEEL, conforme Lei nº 9.991/2000..

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Em 2018, a CESP recolheu R\$ 6,6 milhões ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), R\$ 3,3 milhões ao Ministério de Minas e Energia (MME) e investiu R\$ 41,1 milhões em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Em 2018, a Companhia possuía um total de 10 projetos de P&D em andamento, sendo 8 próprios e 2 estratégicos e em cooperação com outras entidades.

Enquadrados pela ANEEL no tema “Fontes Alternativas de Geração”, tiveram andamento os 4 projetos a seguir:

- Integração de Plantas Eólicas e Solares Fotovoltaicas a UHE's Existentes: uma Abordagem Via Complementação Energética com o Suporte Prático de Plantas Piloto com Diferentes Tecnologias. Pesquisa realizada junto à UHE Porto Primavera visando a implantação de centrais fotovoltaicas e eólicas no local para estabelecer uma operação integrada entre essas fontes, propiciando significativa redução no custo da energia

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

elétrica. Foram desenvolvidas 3 linhas de pesquisas: complementaridade energética e rebatimentos comerciais e regulatórios; modelagem energética de estações solarimétrica e anemométrica para estudos da energia primária disponível e; estudos de arranjo de plataforma flutuante. Os investimentos realizados neste projeto iniciaram em 2014 e do seu início até dezembro de 2018 foram gastos R\$ 30,9 milhões.

- Cogeração de Energia Elétrica no Setor Sucroalcooleiro Com Aproveitamento de Bioenergéticos Regionais: Rotas Tecnológicas para Otimização do Processo Produtivo e Modelo de Negócio para Comercialização de Energia Gerada. O objetivo desta pesquisa é a otimização da cogeração a partir de biomassa de cana de açúcar, com complementação de biogás de vinhaça e outros bioenergéticos disponíveis regionalmente. Iniciado em 2018, os investimentos realizados neste projeto até dezembro daquele ano foram de R\$ 595,9 mil.
- Análise e Avaliação das Perdas de Geração em Microgeradores Fotovoltaico por Sujidade Instalados em Ambiente Urbano com Alta Densidade de Trânsito de Veículo. Pesquisa realizada em parceria com a Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô e IEE – Instituto de Energia e Ambiente da USP, com o objetivo de pesquisar os impactos causados na produtividade de energia elétrica relacionados à sujidade de equipamentos de sistema de micro geração solar fotovoltaica com potência até 30 kWp. O projeto teve início em junho de 2018 e até o final do ano foram investidos R\$ 39,4 mil.
- Implantação de Usina Piloto por meio de Integração da Fonte de Geração Termossolar ao Complexo de Energias Alternativas Renováveis da UHE Porto Primavera. Em desenvolvimento desde janeiro de 2017, trata-se de projeto estratégico lançado em chamada pública pela ANEEL, cuja pesquisa consiste na construção de uma usina piloto de até 0,5 MW de capacidade instalada, no terreno da UHE Porto Primavera. O objetivo é consolidar a UHE como um Polo de Pesquisa de fontes renováveis por meio de sistemas Termossolar, Fotovoltaico e Eólico, os quais poderão operar em conjunto com a geração hidrelétrica. A duração estimada do projeto é de 48 meses, com término previsto para dezembro de 2020. Até o final de 2018 foram investidos R\$ 36,7 milhões.

Já sob o tema “Meio Ambiente”, estava em andamento no ano de 2018 o projeto Desenvolvimento de um Sistema de Avaliações Ambientais e da Corrosividade de Fontes de Cloro Utilizadas na Prevenção da Incrustação de Mexilhão-Dourado (*Mimnoperla fortunei*) em Sistema de Refrigeração de Turbinas, cujo objetivo era estudar os riscos ambientais, eco-toxicológicos e de corrosividade de substâncias utilizadas no controle de incrustações do mexilhão dourado sobre as estruturas das UHEs no Brasil. O projeto teve início em 2016, com término previsto para 2020. Até o final de 2018 foram investidos R\$ 2,5 milhões.

Com o tema “Supervisão, Controle e Proteção de Sistemas de Energia Elétrica”, prosseguiu em andamento o projeto Prolongamento da Vida Útil de Enrolamento Estatístico através do Controle e Otimização de Água de Refrigeração, cujo objetivo é investigar os efeitos da fadiga do enrolamento (peça utilizada em componentes de UHEs) na sua vida útil para o sistema tradicional de refrigeração em comparação a um sistema ativo de controle de vazão de água, procurando-se formas de manter o enrolamento operando dentro de uma faixa mínima de variação de temperatura. Com prazo de duração previsto de 3 anos, esta pesquisa terá seu término em 2020. Até dezembro de 2018, foram despendidos R\$ 3,1 milhões.

Na categoria “Gestão de Bacias e Reservatórios”, encontra-se o projeto Transdutores para os Sensores de Recalque Magnético e Piezômetro Pneumático para Sistema de Auscultação de Barragens, cujo objetivo é melhorar a visibilidade do sistema de monitoramento de barragens, em continuidade a duas pesquisas realizadas anteriormente. Com término previsto para o início de 2019, foram investidos até dezembro de 2018 neste projeto aproximadamente R\$ 1,1 milhão.

Sob o tema “Planejamento de Sistemas de Energia Elétrica”, teve andamento em 2018 o projeto Reforço na Estrutura de Suporte do modelo Institucional Vigente: uma Proposta baseada na Ampliação do Conceito de Leilões de Expansão, cujo objetivo é desenvolver arcabouço conceitual e metodológico para materializar Leilões de Energia (Sistêmicos e Regionais) para atendimento aos requisitos de expansão da oferta de energia para o

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

ACL, com especial ênfase no redesenho da arquitetura do mercado brasileiro considerando uma progressão acelerada na direção da abertura do mercado consumidor; nas tendências sinalizadas a partir da Consulta Pública MME 033/2017; em etapa de transição a partir do modelo vigente e, por fim, na formulação e aplicação de leilões direcionados (regionais), visando atendimento ao mercado regulado e, em especial, ao mercado livre. Com término previsto para o final de 2019, a pesquisa despendeu até dezembro de 2018 o montante de R\$ 1,2 milhão.

Prosseguiu em andamento no ano de 2018, na categoria de temas da ANEEL denominada “Outros”, o projeto “Análise da Eficiência do Armazenamento Complementar de Energia junto a Usinas Hidrelétricas utilizando Tecnologias de Armazenamento Eletroquímico e em Hidrogênio: Rota Tecnológicas para Aplicações em Larga Escala no Brasil - Sistema de Armazenamento Piloto CESP”, no âmbito da Chamada Pública de Projeto de P&D Estratégico nº 021/2016, cujo objetivo é a pesquisa da aplicação de tecnologias de armazenamento de energia eletroquímico e a hidrogênio, com previsão de término em junho de 2020. Até o final de 2018, foram investidos R\$ 25,3 milhões neste projeto.

Por fim, continuou em andamento o Projeto de Gestão 2017-2019, estabelecido pela ANEEL para a gestão do programa de P&D de cada uma das empresas participantes. Até o final de 2018, o projeto totalizou R\$ 1,2 milhão em investimentos.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica, pois consideram-se os investimentos com pesquisa e desenvolvimento conforme subitem “ii”.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Todos os fatores que influenciaram o desempenho operacional já foram comentados nos itens anteriores.